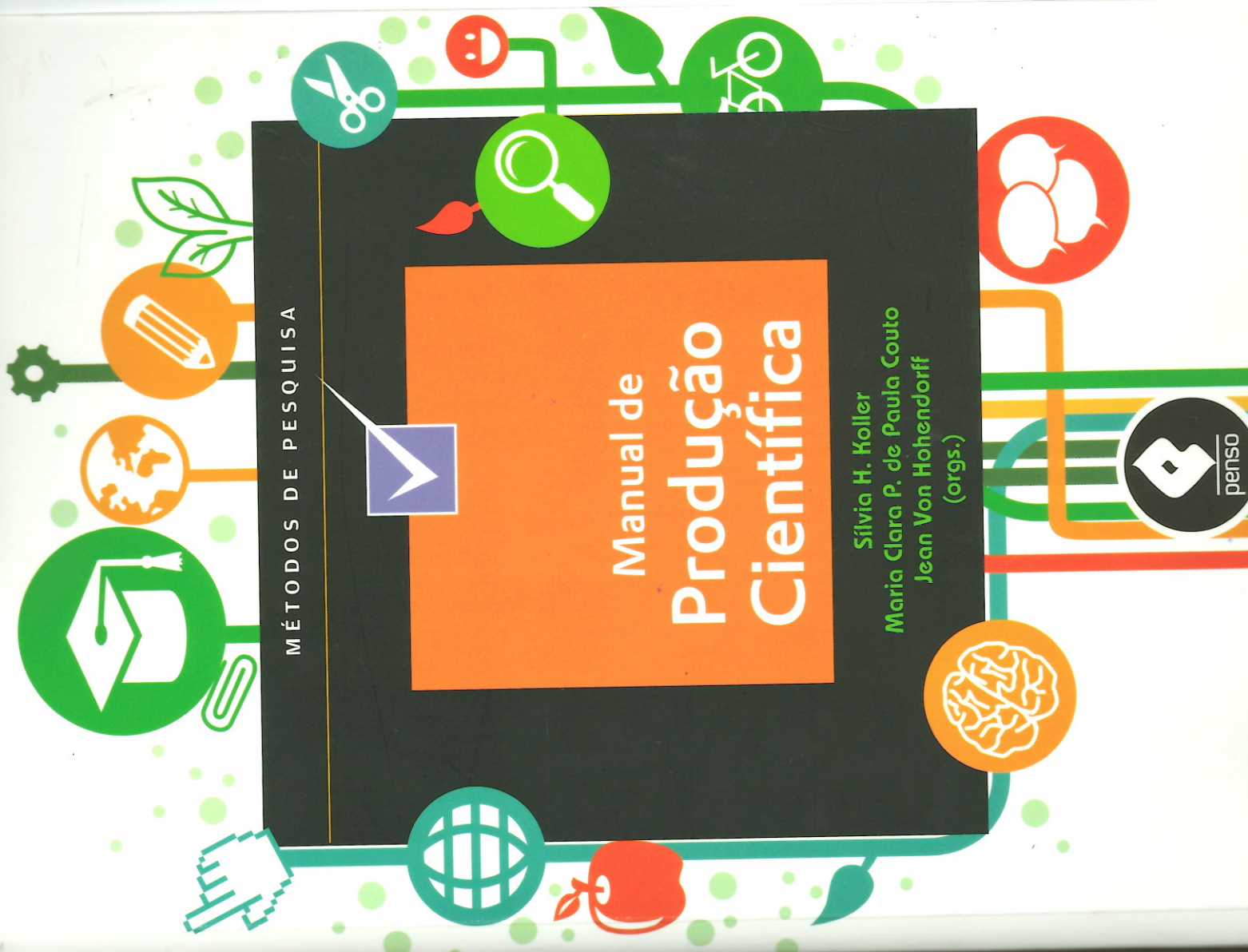


MÉTODOS DE PESQUISA

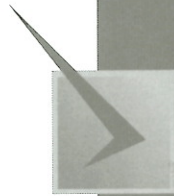
Manual de Produção Científica

Sílvia H. Koller
Maria Clara P. de Paula Couto
Jean Von Hohendorff
(orgs.)

penso



Sílvia H. Koller
Maria Clara P. de Paula Couto
Jean Von Hohendorff
Organizadores



Manual de produção científica



M294 Manual de produção científica / Organizadores, Sílvia H. Koller, Maria Clara P. de Paula Couto, Jean Von Hohendorff. – Porto Alegre : Penso, 2014.
191 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 978-85-65848-91-6

1. Método de pesquisa. 2. Produção científica. I. Koller, Sílvia H. II. de Paula Couto, Maria Clara P. III. Hohendorff, Jean Von.

CDU 001.891(035)

Catálogo na publicação: Ana Paula M. Magnus – CRB 10/2052



2014

REFERÊNCIAS

American Psychological Association (2012). *Manual de publicação da APA* (6. ed.). Porto Alegre: Penso.

Davyt, A. & Velho, L. (2000). A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. *Como será o futuro? História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 7(1), 93-116.

Price, D. S. (1976). *Ciência desde a Babilônia*. Belo Horizonte: Itatiaia.

Sabadini, A. A. Z. P., Sampaio, M. I. C., & Koller, S. H. (Orgs.). (2009). *Publicar em psicologia: Um enfoque para a revista científica*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/biblioteca/Publicarempsicologiaversao2012.pdf>

Sumário

PARTE I
Escrita científica

1 Hoje vou escrever um artigo científico: a construção e a transmissão do conhecimento 15
Piotr Trzesniak

2 Como escrever um artigo de revisão de literatura 39
Jean Von Hohendorff

3 Como escrever um artigo de revisão sistemática..... 55
Angelo Brandelli Costa e Ana Paula Couto Zoltowski

4 Como escrever um artigo empírico..... 71
Manoela Ziebell de Oliveira

5 Como escrever um resumo 91
Normanda Araujo de Moraes

6 Como organizar um livro científico 99
Normanda Araujo de Moraes e Luísa F. Habigzang

7 Plágio acadêmico 109
Latissa Eschiletti Prati

8 Erros comuns na escrita científica em língua portuguesa 125
Diogo Araújo DeSousa e Tiago Cavalcanti

PARTE II
Pôsteres e apresentações orais

9 Como preparar um pôster científico..... 141
Susana Núñez Rodriguez

10 Como preparar e realizar apresentações orais 157
Luísa F. Habigzang

PARTE III

Administração da vida acadêmica

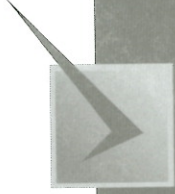
11 Como manejar o tempo na academia 167

Maria Clara P. de Paula Couto

12 Como formar e gerir equipes de pesquisa 179

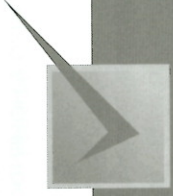
Luisa F. Habigzang e Airi M. Sacco

Índice 189



parte I

**Escrita
científica**



Hoje vou escrever um artigo científico: a construção e a transmissão do conhecimento

Piotr Trzesniak

O artigo científico tem de ser escrito em *linguagem científica e oferecer um avanço, solidamente construído, no conhecimento à disposição da humanidade*. Neste capítulo, serão percorridos passo a passo estes dois aspectos, discutindo-se e indicando-se a maneira de melhor atender a cada um.

O TEXTO CIENTÍFICO E SUA LINGUAGEM

Hoje vou escrever um artigo científico. Seria ótimo se pudesse ser assim, mas infelizmente não é! Ninguém acorda e decide que, neste dia, escreverá um artigo científico. Embora decidir fazê-lo seja indispensável para a tarefa, essa condição não é nem a mais importante, nem a que tem o maior peso. A redação de um artigo não resulta primariamente da vontade, nem é uma empreitada de um fôlego só.

Produzir o “compuscrito” (i.e., digitar no computador a versão de submissão do texto, que muitos autores precipitadamente pensam ser a “versão final” do artigo) é uma etapa na construção do conhecimento, e é uma etapa tardia;

é, na verdade, a penúltima. A última, durante a qual a pesquisa se consolida de fato, é o processo editorial de uma boa revista científica (ver Quadro 1.1). As etapas que antecedem a escrita do artigo (a até f no Quadro 1.1) correspondem aos passos integrantes de uma *pesquisa*, e somente após eles terem sido todos dados é que se completam os elementos para a *conclusão* do compuscripto – pelo menos de um compuscripto científico na sua definição estrita. Discutem-se, no item “O conhecimento científico e seu avanço”, algumas alternativas de publicação mais flexíveis, que podem viabilizar-se até mesmo *durante* o percurso de a até f.

Note-se também que as fases de a até f correspondem essencialmente à sequência e aos títulos das seções de artigos, teses e dissertações e, em parte, também de projetos. Isso certamente não é um acaso. A primeira frase do texto de Trzesniak e Koller (2009) é “escrever um artigo científico é como contar uma história” (p. 20). Pois, então, escreva a história da sua pesquisa.

Bem, já foram tratados a estrutura de um compuscripto e os requisitos necessários para *concluí-lo*. E quanto a *iniciá-lo*? Qual o momento? A melhor resposta para isso é que se *trata de um momento que se sente*. É como um parvimento da pesquisa clama por ser compartilhado. E, se seu consciente sentir esse apelo e a ele responder, o texto fluirá!

Embora uma tomada de decisão seja determinante para começar a escrever, não necessariamente o é para resolver *por qual parte começar*. Isso quem define é outra vez a prontidão, é a demanda interna. Ou seja, não é preciso iniciar pelo título, nem pela introdução, nem pelo que se considera ser o primeiro parágrafo de um capítulo ou seção – pode-se começar pelo segundo

✓ QUADRO 1.1

As nove etapas obrigatórias na construção do conhecimento.

As sete primeiras correspondem aos passos constituintes de uma pesquisa, e, necessariamente, antecedem a preparação da versão preliminar do artigo completo (o compuscripto de submissão).

- a) a identificação e a pertinência do problema a resolver, com a devida fundamentação científica;
- b) sua transformação em questões e hipóteses;
- c) a seleção da estratégia para abordá-lo;
- d) a operacionalização dessa abordagem;
- e) a análise dos achados;
- f) a corroboração ou não – analisada, discutida, correlacionada, exaurida – da expectativa que se tinha *a priori*;
- g) a preparação do compuscripto de submissão;
- h) o processo editorial.

ou pelo terceiro. Falando de modo bem informal: deve-se escrever conforme manda o coração, até completar todo texto (seção, artigo ou mesmo capítulo, tratando-se de monografia), porque essa é a maneira de maximizar a fluidez. Os “arredondamentos” e os ajustes finos entre trechos e partes do texto – a finalização do “todo” – podem ficar para depois e se revelarão, então, surpreendentemente simples.

Não é também necessário concluir todas as fases da pesquisa para iniciar a escrita de um artigo. Na verdade, especialmente nas primeiras vezes em que um pesquisador (ou uma pesquisadora) se envolve com um determinado tema, é recomendado redigir as etapas a, b e c logo que amadurecidas, pois isso auxiliará a ver todo o contexto futuro com maior clareza e permitirá uma eficácia ampliada na execução dos passos posteriores. A redação dessas etapas corresponde, de fato, à preparação do projeto da pesquisa e precisa ser muito bem feita para não prejudicar a concessão de bolsas a estudantes de mestrado e de doutorado (ou mesmo a recém-doutores) e o financiamento aos pesquisadores já seniores.

O que diferencia um texto científico. O texto científico, assim como cada um dos demais tipos de texto destinados à publicação, tem características únicas que o distingue de todos os demais. O Quadro 1.2 detalha essa diferenciação, mas convém destacar desde já os aspectos que individualizam o texto científico:

- ✓ Quem o escreve é, profissionalmente, um pesquisador, não um escritor. Não é remunerado pelos textos que produz, mas pelos novos conhecimentos que descobre. A recompensa que almeja é ver o mérito de suas descobertas reconhecido, ser estudado e citado por outros pesquisadores.
- ✓ O texto literário não tem qualquer compromisso com a veracidade dos fatos que descreve ou que o gerem ou respaldem. O jornalístico precisa necessariamente desse compromisso, mas os fatos relatados têm que ser “notícia” – atuais no curto prazo e capazes de produzir impacto, ou seja, devem atender a uma expectativa, induzir na leitora ou no leitor um sentimento imediato de satisfação, indignação, horror, raiva, admiração – e o texto pode ser construído de modo a exacerbar isso. Já o texto científico compartilha com o jornalístico o compromisso factual, mas a linguagem deve ser neutra, sóbria, sem vieses, sem direcionamentos que não estejam solidamente respaldados na argumentação ou que não decorram logicamente dos fatos observados.

A COMPETIÇÃO E COMO VENCÊ-LA

Há mais de quinze anos, Zielinski (1996) já afirmava existirem 60 mil revistas em escala mundial. Ware e Mabe (2012, p. 22) observam que, de 1750 até

QUADRO 1.2

Características que diferenciam os textos literários (poesia, romance e crônica), jornalísticos e científicos (Continuação)

Qual a principal motivação produzir o texto?	Qual o peso para a perenidade		Ha um fato gerador na retaguarda do texto?
	Qual a principal motivação produzir o texto?	Qual o peso para a perenidade	
		Os pesos dos fatos narrados e do texto contribuem de modo equilibrado para a perenidade da obra. Uma boa "trama", descrita por uma prosa que cativa, mantém o interesse dos leitores e os leva a adquirir outras obras da mesma autora (ou autor).	Romance
		Muito importante. O texto literário seja ele mais sóbrio, seja mais figurado, seja mais solene, é parte da própria obra e é analisado como autor do romance. Os melhores romancistas são celebrados por dominarem a palavra tanto quanto a imaginação. Não é impossível, porém, um romancista notabilizar-se mais pelo estilo, enquanto outros se destacam pelas "tramas".	

(continua)

QUADRO 1.2

Características que diferenciam os textos literários (poesia, romance e crônica), jornalísticos e científicos (continua)

Qual a principal motivação produzir o texto?	Qual o peso para a perenidade		Ha um fato gerador na retaguarda do texto?
	Qual a principal motivação produzir o texto?	Qual o peso para a perenidade	
		Toda ou nenhuma. <i>Toda</i> , porque o conteúdo da poesia fala e atinge cada um de seus leitores. <i>Nenhuma</i> , porque não há o fato absoluto ou singular. Há a subjetividade, o fato ou a ideia que a poesia evoca em cada um dos que a leem, subjetivamente essa que repousa principalmente na força do texto.	Poesia
		As pessoas que trabalham no espaço dos textos literários e jornalísticos o fazem como profissão – vivem disso – em geral, produzem em mais de uma das modalidades. Poetas e romancistas ou contistas também escrevem crônicas, reporteres se tornam autores de ficção, jornalistas preparam letras de músicas. Aqui, paixão, criatividade, imaginação e uma comunicação cativante por meio da palavra escrita são ingredientes preciosos.	

(continua)

QUADRO 1.2

Características que diferenciam os textos literários (poesia, romance e crônica), jornalísticos e científicos (Continuação)

Qual a principal motivação produzir o texto?	Qual o peso para a perenidade		Qual o próprio texto?
	...da retaguarda factual?		
	<p>É pequena. Como afirmado no primeiro quadro descritivo à esquerda, o fato por trás da obra é, em geral, um aspecto trivial do cotidiano, cujo conhecimento em si não apresenta qualquer repercussão significativa.</p>		<p>Predominante. O cronista, pela força das palavras e da elaboração em torno do fato, é capaz de perenizar um acontecimento corriqueiro, que desapareceria rapidamente da memória coletiva. Na boa prosa, o fato se faz atraente, notável, digno de sobreviver e de ganhar destaque.</p>
	<p>A natureza do fato gerador, se alcançar importância histórica, pode perenizar o texto jornalístico como fonte de pesquisa, permitindo recuperar a perspectiva da época em uma análise futura dos acontecimentos.</p>		<p>O ciclo de vida do jornal é, no tipo de texto não visa à perenidade, seu peso está mesmo no impacto do fato, o que pode ser reforçado pelas (p. ex., sentimento de raiva, admiração, indignação, horror).</p>
	<p>Quase sempre, existe um fato real por trás da obra, mas em geral um <i>fato trivial</i>, sem importância em si, cujo mérito é somente o de inspirar o cronista a, com base nele, elaborar um texto curto – no máximo alguns dias – e que prenda o interesse (p. ex., uma crítica social, um texto humorístico, uma história de amor ou paixão, uma reminiscência de infância).</p>		<p>Necessariamente tem que existir um fato real que respalde o texto, mas esse fato deve atender um interesse <i>mediato</i> das pessoas ou ter <i>impacto</i> sobre elas (p. ex., sentimento de raiva, admiração, indignação, horror).</p>

(continua)

QUADRO 1.2

Características que diferenciam os textos literários (poesia, romance e crônica), jornalísticos e científicos (Continuação)

Qual a principal motivação produzir o texto?	Qual o peso para a perenidade		Qual o próprio texto?
	...da retaguarda factual?		
	<p>Total. Quando o conhecimento que respalda o texto é de qualidade, a perenidade do trabalho fica garantida mesmo que a redação deixe algo a desejar. Mas note-se: é absolutamente inaceitável no trabalho científico que o texto mascare, altere, distorça, omita ou crie fatos.</p>		<p>Muito pouco. Na redação científica, o destaque não pode ser o texto, mas sim, os fatos abordados e os argumentos lógicos que justificam as ideias apresentadas. A linguagem deve ser sobria, rigorosa, objetiva. O texto científico não aceita figuras de estilo, mas emprega as palavras com clareza, na sua aceção exata.</p>
	<p>Autores científicos têm como profissão a pesquisa, não a preparação de textos. Escrevem para comunicar a produção do conhecimento, não o fazem com o objetivo de auterir receita. Sua compensação – e eles a buscam – é o reconhecimento pela comunidade. Para eles, diferentemente dos outros tipos de autor, a questão do <i>copyright</i> é secundária – quem se preocupa com isso são as editoras comerciais que produzem as revistas científicas do hemisfério norte.</p>		<p>Um fato real e notável por trás do texto é o elemento mais importante da redação científica. Distintamente de todas as situações anteriores, o fato tem de ser descrito <i>acuradamente</i>, sem paixão, sem preconceito, sem vieses, sem tentar desperditar no leitor qualquer tipo de preferência ou emoção.</p>

2005, a quantidade de revistas cresceu a uma taxa anual praticamente constante de 3,5%. O número atualizado é, então, cerca de 110 mil. Considerando, em média, cinco fascículos ao ano, oito artigos publicados por fascículo e uma rejeição de 30%, é então necessário que sejam produzidos aproximadamente 17.200 manuscritos por dia, incluindo sábados, domingos e feriados! Ou seja: a competição é brutal. Ao escrever, é preciso dar o melhor de si, pois, no mesmo dia em que o seu manuscrito ficar pronto, quase duas dezenas de milhares de outros ficarão também. Como levar as pessoas a descobrir e preferir, dentre tantos, o seu?

Algumas pistas de como *não deixar* de ser encontrado e lido podem ser inferidas a partir dos aspectos do cenário das publicações científicas do hemisfério norte, apontados pelo mesmo Zielinski (1996), os quais comentamos a seguir:

Dos artigos publicados, 75 a 85% não apresentam relevância. Torna-se, então, fundamental dedicar muita reflexão à etapa de pesquisa *a*, mencionada no Quadro 1.1 (a pertinência científica de um problema a resolver). O problema, sobretudo, tem que ser consequente, trazer desdobramentos, ensejar pesquisas futuras que contribuam para o progresso e o bem-estar da humanidade. Não pode ser apenas uma curiosidade dos pesquisadores, ainda que interessante.

Cerca de 50% dos artigos publicados contêm erros estatísticos. Então, caso a pesquisa envolva estatística, é preciso estar absolutamente seguro de haver compreendido as técnicas empregadas e de tê-las executado corretamente. Mais do que isso, porém, tem-se que examinar de maneira muito crítica a plausibilidade do resultado: a estatística não pensa, apenas calcula e, eventualmente, identifica uma *possível* relação. Definir se tal relação existe de fato ou se é mero acidente aritmético cabe a quem pesquisa.

Pelo menos 50% dos artigos nunca são consultados ou citados. Obviamente, o primeiro passo para ser consultado é ser encontrado, o que exige um título e palavras-chave que descrevam a pesquisa de modo pertinente, preciso e completo. No conceito de *web semântica*, esses elementos (denominados *metadados*) são desvinculados do texto principal a que se referem e coletados por serviços especializados de oferecimento de informações na *internet*. Têm, assim, um alcance muito mais amplo do que o artigo em si. Outra recomendação para o título é ser sóbrio, sério, sem excesso de... “criatividade” – embora uma dose moderada de criatividade possa funcionar em *resumos* para congressos e seminários informais (mas apenas nesses casos).

A seleção da revista para a qual encaminhar o compuscrito é também essencial para a visibilidade. Considere, primeiramente, as revistas de acesso livre, como as integrantes dos portais RedAlyC (<http://www.redalyc.org>), SciE-

IO (<http://www.scielo.org>, que abrange as coleções SciELO de diversos países) e as listadas no *Directory of Open Access Journals* (<http://www.doaj.org>), as menos restritivas em termos de replicação do trabalho. Caso não se satisfaça com nenhuma delas, consulte o site Sherpa/RoMEO (<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.php>), que classifica as editoras por meio de um código de cores: as verdes e azuis, cujas revistas devem ser privilegiadas, permitem ao menos que a versão final seja oferecida em um repositório da instituição do(a) autor(a).

Outra providência importante é criar um perfil em sites científicos, como o Academia.edu (<http://www.academia.edu>), o ResearchGate (<http://www.researchgate.net/>) e o Google Scholar (<https://accounts.google.com/SignUp>), e neles inserir sua produção – na extensão que os direitos o permitirem – sempre com o cuidado de incluir os *tags* mais pertinentes e descritivos (*tag* é um equivalente não tão formal do metadado *palavra-chave*).

A segunda barreira a vencer é convencer quem encontrou o artigo a estudá-lo. Para isso, o resumo e o *abstract* são determinantes. Uma recomendação muito eficaz nesse sentido – não apenas para resumos, mas para qualquer tipo de comunicação – é: *escreva seu texto pensando como um(a) leitor(a) em busca de algo*, e atenda a essa necessidade. Não escreva *de você e de seu trabalho*, escreva *para os leitores*, objetivando contribuir para o trabalho e o crescimento deles. Exemplificando, a construção *para que os meus artigos sejam encontrados na web, uso títulos bem descritivos e seleciono cuidadosamente as palavras-chave* corresponde a escrever de si mesmo; a alternativa *para que os seus artigos sejam encontrados na web, use títulos bem descritivos e seleccione cuidadosamente as palavras-chave é escrever para os leitores*.

Finalmente, como ser citado? Já entram o mérito intrínseco da sua pesquisa e o bom texto de seu compuscrito. Note o conectivo “e”: um mau texto pode reduzir as citações de uma boa pesquisa, mas um bom texto não faz uma pesquisa fraca ser citada. Leitoras e leitores, após concluírem o estudo de seu artigo, têm que sentir que tiveram um acréscimo significativo em seus conhecimentos e/ou habilidades, sentir que o tempo dedicado à tarefa foi recompensado.

Ainda a propósito de citações, há outro fator capaz de ampliá-las: o trabalho em colaboração (coautoria) com outros pesquisadores, especialmente se forem de diferentes países (Granda-Orive et al., 2009; Narin, Stevens, & Whitlow, 1991). Embora não se trate de um aspecto da redação, considera-se importante mencioná-lo por aqui.

Escrever em mau inglês. Esta consideração não é de Zielinski (1996), mas se aplica a todos que não tenham o inglês como idioma nativo: dediquem muito cuidado a todas as partes que tiverem de escrever nesse idioma. Fazê-lo em mau inglês certamente implica perder a competição no hemisfério norte, mes-

mo sendo encontrado. A má redação afastará os leitores ainda na introdução ou no *abstract*, talvez até no título. Por outro lado, a opção por esse idioma sem dúvida amplia o público potencial do artigo e, considerando que os modernos recursos eletrônicos suportam a publicação do mesmo texto em mais de um idioma, o recomendado é disponibilizá-lo em bom português (ou espanhol) e *também* (integralmente) em bom inglês.

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E SEU AVANÇO

O que é conhecimento? Como se identifica a existência do conhecimento? Considere-se uma situação-problema qualquer, para a qual se deseja uma solução favorável. Colocada diante dessa situação, uma pessoa com nenhum ou pouco conhecimento executará uma intervenção que demorará um certo tempo e não levará à solução desejada, ou não levará à melhor solução possível. Já os interventores com conhecimento agirão mais rapidamente e atingirão o melhor resultado. Por exemplo, ao tratar de uma doença, médicos com mais conhecimento (p. ex., com larga experiência clínica e atualizados quanto a alternativas de tratamento e medicação) apresentam uma probabilidade muito maior de obter um restabelecimento mais completo e/ou mais rápido dos pacientes do que outros, menos bem preparados.

Ter conhecimento é, então, o poder de fazer o Universo evoluir no sentido que se deseja ou necessita, e isto se atinge por meio da pesquisa científica e tecnológica. A pesquisa científica busca desvendar o funcionamento do Universo, descrevendo seus mecanismos, comportamentos e padrões, no que se denomina *estabelecer modelos*. A pesquisa tecnológica preocupa-se em como empregar os resultados científicos para controlar o Universo em benefício da humanidade, selecionando mecanismos, comportamentos e padrões para atender necessidades dentro de parâmetros predeterminados, no que se denomina *aplicar modelos*.

A Figura 1.1 ilustra o conceito científico de modelo. A linha horizontal tracejada, indicada *abstração*, separa a parte superior, o *Universo* (ou “mundo real”), da inferior, o *modelo* (ou “mundo ideal” da Ciência e da Tecnologia). As largas setas duplas verticais indicam que, por meio da abstração, aspectos considerados relevantes nas *situações* inicial e final do Universo são convertidos em representações quali ou quantitativas – números, palavras, símbolos, figuras – denominadas, respectivamente, *condições* iniciais e finais do modelo.

As situações inicial e final estão ligadas por um *processo* (i.e., por uma evolução no tempo) no Universo. Pesquisar tal processo significa observá-lo, e observá-lo, e observá-lo, até conseguir um procedimento logicamente estruturado que conecte as condições iniciais e finais correspondentes. Esse procedimento é o modelo do processo. Formalmente, então, modelo é um procedi-

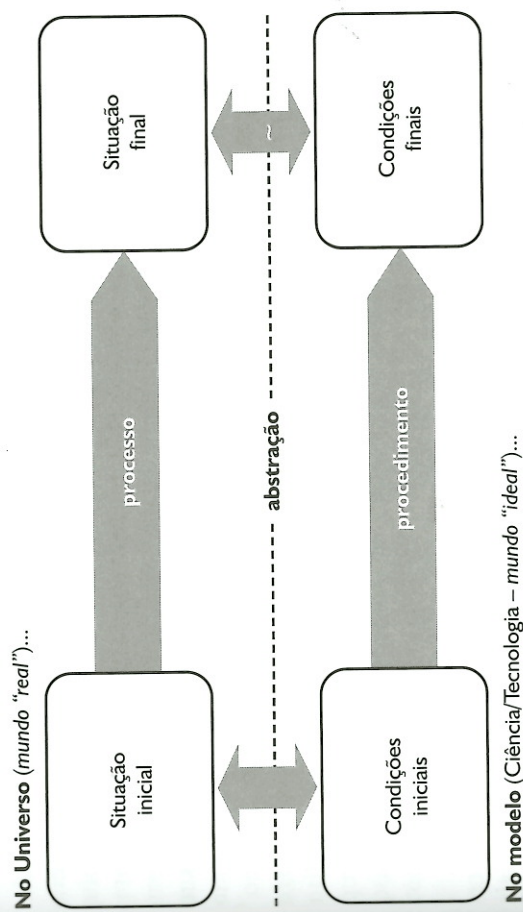


FIGURA 1.1

A relação entre um processo no Universo e um modelo científico que o descreve.

mento de *qualquer ordem* que, alimentado com uma representação seletiva da situação inicial do Universo, leva a um conjunto de condições que *representa* a situação em que o Universo se encontrará, caso se desencadeie o processo real. Grifam-se dois trechos dessa definição, aos quais é preciso dar mais atenção:

- ✓ O procedimento que integra o modelo é de qualquer natureza – verbal, matemático, gráfico, computacional ou outro – e não é absolutamente uma representação do processo real. Ele apenas correlaciona, convenientemente, as condições iniciais e finais. A Figura 1.1 ressalta isso ao não colocar uma seta dupla entre processo e procedimento.
- ✓ O sinal aproximadamente (~) sobre a seta dupla direita chama a atenção para a questão da qualidade do modelo: quanto melhor as condições finais efetivamente representarem a situação final do Universo, melhor será o modelo em questão.

E o que é avanço do conhecimento? A primeira frase do capítulo diz que o artigo científico tem de oferecer um *avanço no conhecimento* à disposição da humanidade. Isso – algo, aliás, também já dito – implica que a preparação de um compuscripto tem de ser antecedida por uma pesquisa, ou seja, trabalho, muito trabalho, e trabalho sério. Também quer dizer que, atualmente, textos

meramente descritivos, que apenas retratam uma configuração, uma realidade de instantânea ou o modo como algo é posto em prática, e que não têm perspectivas em termos de novas pesquisas, apresentam uma possibilidade muito pequena de alcançar repercussão. Há uma providência, porém, que pode ampliar bastante o potencial de impacto dessas "pesquisas fotográficas": inseri-las no processo de que fazem parte, tratá-las como um dos quadros de um filme, isto é, *considerar e discutir* (não apenas mencionar!) os seus antecedentes e o que se pode esperar depois. Essa contextualização do "instantâneo" relativamente ao processo de que ele faz parte é o que transforma um artigo inconsequente em consequente.

OS DIVERSOS TIPOS DE ARTIGO

Até aqui, a tônica deste capítulo vem sendo advertir quanto ao que evitar, recomendar acerca do que atender, chamar a atenção para cuidados essenciais a tomar. Porém, a redação científica oferece, também, *oportunidades*, e a melhor delas é que uma mesma pesquisa pode dar ensejo à preparação de mais de um tipo de compuscrito. O *volume* de novos conhecimentos resultantes da pesquisa pode, eventualmente, oferecer tal possibilidade, mas não é esse o aspecto que se ressaltará aqui. O que se quer é alertar para o fato de que os conhecimentos gerados podem apresentar interesse para mais de um *público científico*.

Dois públicos são cientificamente distintos quando se dedicam a áreas diferentes do conhecimento ou quando utilizam o conhecimento para finalidades diferentes (p. ex., para pesquisa, na atividade profissional, para o ensino ou simplesmente como informação). Outro idioma ou outra localização geográfica do público-alvo não caracterizam esse público como cientificamente distinto.

Observe-se que, já no título, fala-se em *tipos* de artigo, e esses tipos serão caracterizados adiante como *estrito*, *de reelaboração*, *para ensino*, *de aplicação*, *de divulgação* e *jornalísticos*. Havendo material de valor, nunca será impropriedade escrever artigos de *tipos diferentes* dentro da *mesma área* ou artigos do *mesmo tipo* para *áreas distintas*. Porém, o volume de conhecimentos novos tem de ser muito significativo para justificar mais de um artigo do *mesmo tipo* para a *mesma área*. Com justa indignação, a comunidade científica vem se manifestando contra a prática do *salami science*, ou seja, a fragmentação artificial do conhecimento gerado ao longo de uma pesquisa em mais de um *artigo de igual tipo* para um *mesmo público científico*. Essa maneira de multiplicar a... "produtividade" é antiética, intolável, e precisa ser definitivamente banida do contexto acadêmico.

Porém, retomemos as oportunidades prometidas. A primeira é, então, escrever para diferentes áreas do conhecimento. Uma pesquisa em psicologia pode envolver significativamente conhecimentos de, por exemplo, enfermagem. Torna-se possível, então, produzir artigos específicos para cada uma das áreas, mas a linguagem, o foco e o texto têm de ser diferentes: por exemplo, os termos típicos de uma área teriam de ser mais bem explicados no artigo escrito para a outra, e os aspectos enfatizados nos resultados também.

As demais oportunidades podem vir a se apresentar dentro de uma mesma área do conhecimento, e visam a atender necessidades de leitores que utilizam o conhecimento e/ou com ele interagem de maneiras distintas: pesquisadores, estudantes de pós-graduação, professores, alunos de graduação e público em geral. Aqui também, linguagem, ênfases e textos devem ser diferentes, específicos para cada subcomunidade. É o que será discutido a seguir.

O artigo científico, em seu conceito mais estrito, é escrito por e para pesquisadores de uma área ou subárea, e compreendê-lo exige muito esforço por parte de alguém que não trabalhe no tema específico. Tem, como novidade, o *próprio conhecimento*, ou seja, é aquele que apresenta:

- ✓ Inovações científicas: modelos novos que permitem controlar processos ainda não dominados ou que sejam superiores em qualidade aos já conhecidos para um processo específico.
- ✓ Inovações tecnológicas: apresentando um emprego inédito e bem-sucedido para um modelo existente (como descobrir que um medicamento desenvolvido para uma dada patologia é também eficaz para outra).
- ✓ Aperfeiçoamentos científicos e tecnológicos: melhorar a qualidade com que as condições finais do modelo representam a situação final do Universo, ou tornar o modelo tecnologicamente mais eficaz na solução de um determinado problema.

Um segundo tipo de compuscrito, denominado *reelaboração* científica ou tecnológica, é aquele em que a novidade é a *estrutura* do conhecimento. Trata-se de apresentar um conhecimento já existente (p. ex., um modelo ou modo de empregá-lo) de maneira mais clara, mais transparente, mais simples, mais facilmente compreensível. Essa é uma oportunidade que se oferece especialmente no caso de novas descobertas. A primeira vez em que um conhecimento é apresentado, é comum que a argumentação e as justificativas que o sustentam sejam complexas, intrincadas, difíceis de compreender. À medida que outros pesquisadores se envolvem com o assunto, divisam novos argumentos e caminhos alternativos (o que corresponde ao reelaborar), conduzindo ao mesmo resultado de modo mais simples e direto. Porém, atenção: não se trata de reapresentar as mesmas ideias em um texto diferente, mas de

introduzir ideias novas e mais poderosas ao longo do caminho que demonstra a validade científica e a confiabilidade do conhecimento em questão.

Na terceira categoria, que compreende dois tipos, tem-se os textos em que a novidade é a *comunicação do conhecimento*:

- ✓ Artigos para uso acadêmico, que visam ao ensino da ciência e da tecnologia, devem colocar o conhecimento em uma linguagem didática, acessível para estudantes e prontos para serem empregados por professores em sala de aula.
- ✓ Os absolutamente fundamentais, mas frequentemente tão relegados, artigos de aplicação da ciência e da tecnologia. Acadêmicos precisam compreender que há uma diferença grande entre as suas prioridades, necessidades e visões, e as dos profissionais, que precisam de eficácia e soluções imediatas. Em um artigo científico estrito, como antes definido, deve ser posta ênfase no processo de construção do conhecimento, é preciso que dados e argumentos sejam muito bem trabalhados, e que efetivamente sustentem as conclusões e resultados com máxima solidez. Por isso, os resultados aparecem sempre como *gran finale* desses textos. Entretanto, no mundo profissional, a ênfase é outra: sai totalmente do processo e vai para os resultados e seu emprego prático. Os profissionais confiam que seus colegas acadêmicos fizeram um bom trabalho de base na condução da pesquisa, acreditam na solidez das conclusões. O que eles precisam mesmo é saber quais foram elas e como podem ajudá-los no dia seguinte, na sua clínica, no seu dia a dia. Então, um artigo de aplicação deve começar com a parte na qual o acadêmico termina, apresentando os resultados e ensinando como empregá-los na vida prática, para só então abordar os aspectos essenciais do processo que levou até eles, remetendo aos artigos acadêmicos para informações mais detalhadas. É um modo completamente distinto, mas indispensável, de oferecer o conhecimento gerado em uma pesquisa. A Tabela 1.1 apresenta as partes que geralmente integram os artigos científicos e indica a ordem e a extensão aproximada que para elas é sugerida nos compuscritos de pesquisa e de aplicação.

As três grandes categorias mencionadas anteriormente correspondem a descrições de efetivos avanços do conhecimento, porém há ainda outras maneiras de explorar em publicações a pesquisa realizada. Tratam-se dos artigos que visam à preservação da espécie, ou seja, aqueles que os físicos, os médicos, os psicólogos, os economistas (sejam homens ou mulheres!) escrevem para que todos os demais seres humanos reconheçam a beleza e a importância da "sua" área de conhecimento e, portanto, venham, eventualmente, também a ela se dedicar. Estes textos têm por objetivo, então, a perpetuação da área e compreendem:

✓ TABELA 1.1

Ordem e extensão das partes clássicas de artigos científicos em compuscritos de pesquisa e de aplicação

Tipo de compuscrito	Pesquisa		Aplicação	
	Ordem	Extensão	Ordem	Extensão
Introdução e problematização	1	~10%	1	< 15%
Revisão (e re-problematização)	2	~20%		
Método	3	15-20%	5 ou 4	5-10%
Dados e discussão	4	35-45%	4 ou 5	5-15%
Resultados (solução) e conclusões	5	10-15%	2	20-30%
Operacionalizar a solução (como colocá-la em prática)	6	< 5 %	3	40-50%

- ✓ A divulgação científica e tecnológica: usam uma linguagem que torna o conhecimento acessível a não especialistas da área, visando a despertar o interesse de jovens pré-universitários, a justificar, perante a sociedade, os investimentos governamentais em ciência e tecnologia e a ampliar o conhecimento do público em geral.
- ✓ O jornalismo científico e tecnológico: esse é um canal para o qual é preciso estar sempre atento. O jornalismo requer impacto e, quando este surgir, eventualmente em função de um acontecimento de grande interesse público, relativo ao qual o conhecimento especializado que o pesquisador (ou a pesquisadora) possui seja requerido para esclarecimento, discussão ou crítica, esse momento deve ser aproveitado. As finalidades são essencialmente as mesmas da divulgação científica.

A SOLIDEZ DO AVANÇO: REFERÊNCIAS

Um artigo científico pode fazer apenas dois tipos de afirmativas:

- (i) as que se sustentam na pesquisa desenvolvida pelos autores e
- (ii) as que são suportadas por referências a fontes com *validade científica*, em que elas estejam devidamente fundamentadas.

Os requisitos de planejamento, dedicação, seriedade e engajamento na condução da pesquisa já foram bastante discutidos até aqui. Nesta seção, será tratada a questão da referenciação.

Qualidade das referências: a validade científica

A *validade científica* de uma referência é tanto maior quanto melhor ela atender os critérios de *confiabilidade*, *atualidade*, *acessibilidade* e *perenidade*.

Confiabilidade significa ter o endosso da comunidade científica. A formação científica mais confiável é a que passa por um processo editorial que inclui uma rigorosa revisão pelos pares (*peer review*), como o desenvolvido pelas revistas científicas de qualidade. É na discussão entre autores, revisores e editores que a pesquisa efetivamente é concluída. Um endosso mais frágil é o dos artigos ou resumos estendidos publicados em anais de eventos: embora submetidos a revisores, não há uma discussão construtiva para elaborar o conhecimento descoberto, mas apenas uma decisão dicotômica de aceitar ou não o trabalho para apresentação. Mais ou menos no mesmo nível estão os livros constituídos por capítulos de autores diferentes, em que uma eventual discussão se dá apenas com os organizadores ou editores. Teses e dissertações têm o aval das comissões examinadoras, mas este é ainda menos exigente, em termos de aperfeiçoamento de conteúdo, que o dos capítulos e trabalhos em congressos.

Atualidade tem a ver com retratar a vanguarda do conhecimento. Aqui, trata-se do tempo decorrido entre a descoberta científica e o seu compartilhamento com a comunidade. Por admitirem a apresentação de resultados preliminares de pesquisas ainda em andamento, estariam teoricamente em primeiro lugar, neste conceito, os artigos completos ou resumos estendidos publicados nos anais dos eventos. Porém, muitos destes pedem as contribuições com tanta antecedência que podem perder para revistas ágeis – embora não existam muitas que o sejam. Ainda assim, é justo colocar as revistas no mesmo nível ou em um segundo lugar bem próximo. Teses e dissertações igualmente se situam nessa região. Livros já ficam bem mais para trás, em geral baseiam-se em artigos anteriormente publicados.

Acessibilidade implica que o trabalho citado seja acessível a todos os pesquisadores. Se a pesquisa científica não for pública e visível, se não puder ser acessada por outros pesquisadores e pesquisadoras, é como se ela não existisse, como se nunca tivesse sido feita. Assim, quem mais bem contempla este item são trabalhos divulgados em acesso livre (ou aberto, o *open access*), seja em revistas, seja em repositórios institucionais. Publicações oferecidas na

internet, mas acessíveis apenas mediante pagamento, estão em uma segunda linha. Agora, não estar disponível na *web* atualmente é como não existir.

Perenidade exige que a fonte esteja preservada da destruição ou do desaparecimento. Este critério é fundamental: a informação científica referencial tem de ser perene, deve estar lá hoje, em um mês, um ano, dez, cem anos. Ela conta a história de uma pesquisa, mostrando como se chegou aos resultados e conclusões, e essa informação tem de estar disponível e ser passível de verificação. Boas revistas e repositórios mantidos por entidades tradicionalmente ligadas à pesquisa científica têm um cuidado especial com a preservação de seu acervo digital. Quando a fonte de informação, além da versão eletrônica, existe também na forma impressa e é distribuída pelo menos nacionalmente, a preservação pode ser considerada aceitável – melhor seria uma distribuição internacional. Porém, caso se trate de *publicação exclusiva-mente eletrônica* e não esteja clara a questão da perenidade, a referência tem o mesmo *status* de uma comunicação particular, em conversa, telefonema ou e-mail. É mais uma homenagem à prioridade de quem contribuiu com uma boa ideia do que uma referência no sentido estrito. E cuidado: por mais sério e rigoroso que seja o processo editorial de uma revista, seu conteúdo somente terá validade científica caso esteja integralmente armazenado em diversos servidores, geograficamente distantes entre si. Isso ocorre automaticamente para as revistas que utilizam o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas/*Open Journal Systems* (SEER/OJS), que ativam o recurso *locks* (*lots of copies keep stuff safe*, ou múltiplas cópias garantem a segurança do conteúdo), o que pode ser verificado no respectivo expediente. Porém, ainda é comum encontrar revistas hospedadas em um único servidor, mantido pela pessoa que a edita ou pelo departamento de uma Universidade ou Centro de Pesquisas; o respectivo conteúdo *não tem validade científica*, pois será perdido em caso de acidente ou catástrofe local.

Não basta alcançar uma boa média no conjunto dos quatro critérios; para ter validade, é preciso atender bem cada um deles.

Então, considerando-se o desempenho em cada um, e também no conjunto dos critérios, pode-se estabelecer uma hierarquia para os tipos de referência e identificar um perfil que denominaremos “geralmente aceito” para a presença de cada tipo em compuscritos. Em primeiro lugar na hierarquia, estão, sem dúvida, os artigos em revistas, com boa vantagem sobre os segundos colocados, capítulos de livros e publicações (textos completos e resumos estendidos) em anais de eventos. Um pouco mais distantes, vêm as teses de doutorado e, bem atrás, os demais tipos. Reitera-se que quaisquer trabalhos publicados em veículos que não zelem adequadamente pela preservação incluem-se na categoria “demais tipos”.

Para definir o “perfil de distribuição geralmente aceito” para a presença de referências em artigos de revista (i.e., o perfil que será considerado normal por qualquer revisor, não lhe causando estranheza, nem o induzindo a levantar questões), é preciso levar em conta a maneira como o conhecimento circula nas diversas áreas. Dados analisados por Trzesniak (2012) mostram que a relação entre as publicações de artigos em revistas e de capítulos de livros é de 7, para as chamadas “ciências duras”, e de 1,4, para as humanidades. Nesse contexto, avaliamos o perfil de referências de um manuscrito como geralmente aceitável:

- ✓ Nas ciências “duras”, se a participação de artigos em revistas no total de referências for de pelo menos 65%.
- ✓ Nas humanidades, caso pelo menos 40% do total de referências correspondam a artigos e 30% a capítulos de livros.
- ✓ Nos dois casos, a soma de artigos em revistas, capítulos de livros e publicações (textos completos e resumos estendidos) em anais deve atingir ao menos 80%.
- ✓ Podem-se ter, ainda, até 15% de teses de doutorado.

Certamente é aceitável alguma flexibilidade nos percentuais preconizados, $\pm 10\%$ no de artigos em periódicos, $\pm 5\%$ nos demais, mas desvios significativos irão quase certamente induzir pedidos de explicações por parte de editores e pareceristas. Outro comentário importante é requerer *atualidade* para cerca de 80% do total de referências citadas, não significando que seja inapropriado citar referências antigas, clássicas. Pelo contrário: ao utilizar uma ideia, deve-se, sim, referenciar quem a teve originalmente, ainda que tenha sido há dezenas de anos. Porém, a rigor, essa referência integraria os 20% restantes... Embora nenhum parecerista devesse objetar relativamente a referências clássicas, exceto se elas forem predominantes e não se tratar de um texto cujo propósito o exija (p. ex., em história da ciência ou da área).

Pertinência das referências

Atualmente, tem-se tornado comum a prática de confundir o referenciar com a mera extração de frases soltas. Mesmo que se trate de frases pertinentes, acaba resultando uma lista exageradamente grande de trabalhos citados, chegando a ter uma quantidade próxima do número de parágrafos do texto. Ora, se tudo ou quase tudo que é escrito está referenciado, onde fica a contribuição científica da pesquisa realizada, que se supõe deva ser significativa e precisa estar clara no artigo? Um texto em que a quantidade de referências supera um terço do número de parágrafos já começa a gerar dúvida na mente dos revisores e

editores, tanto que alguns desses últimos limitam o número de referências por artigo em suas revistas.

Referenciar com pertinência torna-se, então, um ingrediente importante para a publicação de um artigo, e fazê-lo envolve:

- ✓ invocar uma parte substancial das ideias, propostas e argumentos do trabalho de outros pesquisadores, para incorporá-las em seu próprio ou para refutá-las circunstanciadamente;
- ✓ espelhar diretamente o pensamento das pesquisadoras e dos pesquisadores referenciados, não as suas palavras, nem conhecimentos óbvios ou consagrados não criados por eles, nem ideias de outros pesquisadores – devem-se citar sempre as pesquisas originais e, preferencialmente, artigos.
- ✓ problematizar, reescrever, parafrasear, endossar ou refutar: discutir com o trabalho referenciado.

Referenciar com pertinência certamente *não* envolve meramente repetir frases (citar) ou compilar (copiar/colar) excertos, ações que, na verdade, configuram a redação preguiçosa, ou *lazy writing*.

Repercussão das referências: fatores de impacto

Ser referenciado é uma das fontes mais significativas de satisfação para quem pesquisa. É o reconhecimento de que foi conduzida uma investigação científica de qualidade, com resultados úteis e, especialmente, consequentes, acarretando uma continuação, um desdobramento. Porém, a repercussão não se limita a esse contexto pessoal. Ela afeta também o país e o hemisfério onde a pesquisa se desenvolveu.

Uma forma de medir essa repercussão ampliada passa pelo conceito de fator de impacto (em suas múltiplas versões), que vem sendo bastante discutido no ano de 2013. Esse indicador aplica-se a revistas e é frequentemente empregado para colocá-las em uma ordem hierárquica a que se associa a ideia de prestígio. Se tal associação já é discutível, considerando o contexto como o fator de impacto é determinado, há outra, ainda mais indireta: aferir-se o prestígio ou a competência científica de pesquisadores, grupos, instituições e países com base no fator de impacto das revistas em que são publicados os artigos respectivamente produzidos.

Para compreender as implicações dessas interpretações do indicador, é necessário conhecê-lo melhor.

- ✓ Ele é determinado a partir de um conjunto fechado de “revistas acompanhadas”, isto é, revistas sobre as quais é mantida uma base de dados de

citações recíprocas; eventuais citações concedidas fora do conjunto não entram no cálculo.

- ✓ A cada ano, podem ser calculados vários fatores de impacto para a mesma revista, porque ele pode considerar o número de referências recebidas pelos artigos nela publicados nos dois, três, ..., n anos imediatamente anteriores (resultam os fatores de impacto de dois, três, ..., n anos, respectivamente).
- ✓ O cálculo é feito dividindo-se o número de referências recebidas pela revista no ano-base pelo total de artigos nela publicados no período de interesse (os dois, três, ..., n anos imediatamente anteriores).

Por exemplo: acha-se o fator de impacto de dois anos da revista X em 2012 (que só pode ser calculado após o término desse ano) dividindo a quantidade de referências feitas aos artigos que saíram na X em 2011 e 2010 (por todas as revistas acompanhadas) pelo total de artigos publicados na X nesses dois anos. O fator de três anos incluiria 2009 nessa conta, e assim por diante, quantos anos se desejarem.

O fator de impacto mais usado é o determinado pela Thomson-Reuters, calculado sobre uma base de cerca de 9 mil revistas, das quais 114 (1,3%) são brasileiras e 92 (1,0%) dos demais países da América Latina (Thomson-Reuters, 2013). A participação pouco expressiva já leva o fator de impacto a não ter o mesmo significado para os hemisférios norte e sul. Porém, existe ainda um agravante: muitas vezes, os próprios autores do hemisfério sul deixam de citar os bons artigos de pesquisa produzidos nesse hemisfério, dando preferência aos trabalhos de estrangeiros. Isso reforça o impacto do hemisfério norte e *reduz o do sul*. Equivale a um suicídio científico.

Sem dúvida, antes de tudo, nunca se deve referenciar o que não seja pertinente. Mas, se algo *pertinente não for referenciado*, o trabalho, a revista e o país envolvidos nunca terão impacto! Então: *havendo um artigo pertinente*, publicado em revistas do hemisfério sul ou por pesquisadores desse hemisfério em qualquer revista, *ele deve necessariamente ser citado*, independentemente de relacionamentos pessoais ou competição entre grupos de pesquisa. Trata-se de fazer crescer a repercussão da pesquisa do hemisfério como um todo, que se refletirá positivamente também, e significativamente, sobre os próprios autores citantes.

DUAS RECOMENDAÇÕES FINAIS

A primeira recomendação já foi feita, mas é tão importante que merece ser repetida: textos meramente descritivos, que apenas retratam uma configuração, uma realidade ou o modo como algo é posto em prática, e que não têm

perspectivas em termos de novas pesquisas, apresentam uma possibilidade insignificante de alcançar qualquer repercussão.

A segunda é que um artigo não é uma minimonografia de conclusão de curso, qualquer que seja seu nível. Isto é, se uma pessoa concluiu sua tese de doutorado com 100 páginas, sendo 10 de introdução, 25 de revisão da literatura e discussão e seleção do problema, 20 de estratégia, 25 de coleta e análise dos dados, 20 de discussão e conclusões, os números correspondentes a cada uma dessas partes, em um artigo de 10 páginas, não deverão ser um décimo dos que constam anteriormente. Artigo não é minimonografia, tem que privilegiar o avanço do conhecimento: então as 20 páginas de discussão e conclusões, 20% na monografia, devem transformar-se em cinco, ou 50%, no artigo, com as outras cinco resumindo todas as partes anteriores – também não precisa ser de modo estritamente proporcional.

O aspecto-chave nessa questão é que as monografias, embora carreguem um avanço do conhecimento em maior ou menor grau, têm também um compromisso de retratar a formação da sua autora ou do seu autor, coroados um curso, têm que mostrar que a pessoa aprendeu algo e que é agora mais capaz, mais competente. Artigos não têm espaço para isso, autores e sua sabedoria não são o foco, são, na verdade, pouco importantes. O que vale mesmo, repetindo, é o avanço do conhecimento.

A Tabela 1.2 ilustra o parágrafo anterior, colocando em percentuais aproximados quanto cada tipo de trabalho representa em termos de formação da autora ou autor, de avanço do conhecimento e de formação dos leitores. Os percentuais da última coluna são baixos: nenhum dos tipos de trabalho listados tem o objetivo didático de formar quem o estuda, irá, no máximo, informar essa pessoa, contribuir com conhecimento (matéria-prima) para subsidiar as pesquisas que ela futuramente vier a fazer. Qualquer formação que, eventualmente, acompanhar esse contexto será um bem-vindo bônus.

RESUMO

Destacam-se a seguir as ideias mais marcantes deste capítulo, aquelas que devem permanecer no próprio consciente ou estar sempre de prontidão, para assistência imediata a quem estiver preparando o seu compuscripto.

- ✓ A linguagem do texto científico é única, tem características próprias, que a diferenciam de todas as demais (Quadro 1.1).
- ✓ Para preparar um bom artigo, é indispensável ter feito uma pesquisa conseqüente, com seriedade e dedicação.

TABELA 1.2

Diferenciação entre artigos científicos e os vários tipos de monografia

Tipos de monografia	Formação do autor	Avanço do conhecimento	Formação do leitor
Graduação	~ 100%	~ 0%	~ 0%
<i>Latu senso</i>	~ 90%	< 5%	< 10%
Mestrado	~ 70%	< 20%	< 20%
Doutorado	< 40%	< 50%	< 20%
Artigo ~ 0%	> 90%	< 10%	

Nota: Os percentuais indicados não devem ser encarados como rigorosos, são apenas aproximações ilustrativas.

- ✓ Pesquisa consequente é aquela que, pelo lado do conhecimento, inspira, induz, requer continuções e desdobramentos; ou que, pelo lado da aplicação, amplia quali ou quantitativamente a capacidade de intervenção profissional bem-sucedida. Já as inconsequentes, se não forem feitas, nada se perderá: ao terminar de analisá-las, a reação típica do analista é: “E daí?”.
- ✓ Concluir o manuscrito não significa concluir a pesquisa; essa só termina após o processo editorial.
- ✓ É preciso dar atenção e trabalhar especificamente para ampliar ao máximo a visibilidade do artigo: escolher bem a revista, publicar em dois idiomas, esmerar-se nos títulos, palavras-chave e resumos e manter páginas nas redes sociais de pesquisadores.
- ✓ Escrever “para” os leitores, não escrever “de” você. Não se autopromover, não se colocar como “agente” responsável por um eventual sucesso, eu faço isto ou aquilo, mas como conselheiro, facilitador: fazer isso ou aquilo é uma excelente opção ou, querendo ser mais direto, façam isto ou aquilo, são excelentes opções.
- ✓ A partir de uma mesma pesquisa, dentro da mais estrita ética (isto é, sem praticar salami science ou similares), é eventualmente possível escrever mais de um artigo acadêmico (científico estrito, de reelaboração, de ensino ou de aplicação) ou de natureza geral (divulgação científica, jornalismo científico).
- ✓ Em artigos de pesquisa, deve-se dar uma grande ênfase ao processo (50-65% do texto); já nos de aplicação, o foco devem ser os resultados e sua operacionalização (aplicação prática), que devem ser apresentados logo no início e corresponder a 60-80% do artigo (Tabela 1.1).

- ✓ Artigo não é minimonografia (como uma tese, dissertação ou trabalho de conclusão): ao preparar um manuscrito a partir de uma monografia, não faça uma redução proporcional de cada parte ou seção, dedicando um espaço proporcionalmente maior ao conhecimento novo gerado na pesquisa (Tabela 1.2).
- ✓ Para ser cientificamente válida, uma referência deve atender os critérios de acessibilidade, perenidade, confiabilidade e atualidade, aspectos que são mais bem cumpridos por artigos em revistas, capítulos de livros e textos extensos em anais de eventos. Um bom perfil requer cerca de 80% das referências nestas três categorias, com predominância dos artigos em revistas (~65% nas “ciências duras” e ~40% nas humanidades, que podem ter ainda ~30% de capítulos). Os restantes 20% podem ser teses de doutorado (até 15% do total) e outras (desde que não críticas para as conclusões do trabalho).
- ✓ Referências devem ser feitas a ideias e argumentos dos autores referenciados, não a trechos de texto, nem a conhecimentos consagrados, nem a ideias e argumentos de outros autores que eles apenas estejam repetindo; nesse último caso, deve-se ir ao original.
- ✓ Referências em excesso – mais do que um terço do número de parágrafos do texto – levantam dúvidas entre revisores e editores quanto ao aporte que o artigo faz ao conhecimento. Sua quantidade e uso precisam deixar clara a contribuição dos autores.
- ✓ Nunca se devem citar referências não pertinentes, mas também nunca se devem omitir referências pertinentes, especialmente a pesquisadores e revistas do hemisfério sul.

REFERÊNCIAS

- Granda-Orive, J. I., Villanueva-Serrano, S., Aleixandre-Benavent, R., Valderrama-Zurián, J. C., Alonso-Arroyo, A., García Ríos, E., Jiménez Ruiz, C. A., Solano Reina, S., & González Alcaide, G. (2009). Redes de colaboración científica internacional en tabaquismo: Análisis de coautorías mediante el Science Citation Index durante el período 1999-2003. *Gaceta Sanitaria*, 23, 222.e34 – 222.e43. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0213-91112009000300010&lng=es.
- Narin, F., Stevens, K., & Whitlow, E. S. (1991). Scientific cooperation in Europe and the citation of multinationally authored papers. *Scientometrics*, 21, 313-323.
- Thompson-Reuters (2013). Source publication list for Web of Science 'Science Citation Index Expanded 2013'. Recuperado em 10/Julho/2013 de http://science.thomsonreuters.com/mjl/publist_sciex.pdf.

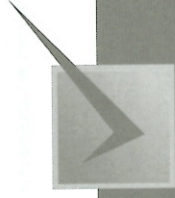
Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampato, & S. H. Koller (Eds.), *Publicar em psicologia: um enfoque*. In A. A. Trzesniak, P. & Koller, S. H. (2009). A redação científica apresentada por editores. In A. A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampato, & S. H. Koller (Eds.), *Publicar em psicologia: um enfoque*.

para a revista científica (pp. 19-34). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia e Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.publicarempsiologia.blogspot.com/>.

Trzesniak, P. (2012). A questão do livre acesso aos artigos publicados em periódicos científicos. *Em Aberto* (Brasília), 25(87), 77-112. Recuperado de <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2620/1847>.

Ware, M. & Mabe, M. (2012). *The stm report: An overview of scientific and scholarly journal publishing* (3a. ed.). Oxford/UK: International Association of Scientific, Technical and Medical Publishers. Recuperado de http://www.stm-assoc.org/2012_12_11_STM_Report_2012.pdf

Zielinski, C. T. (1996). Lost Science in the Americas. In: *Editoração científica* (VI Encontro Nacional, Caxambu-MG, novembro de 1996- cópias de transparências). Rio de Janeiro/RJ: Associação Brasileira de Editores Científicos.



2

Como escrever um artigo de revisão de literatura

Jean Von Hohendorff

A produção de revisões de literatura faz parte do cotidiano de todos os acadêmicos e pesquisadores. Constantemente, estamos elaborando revisões para a seção de introdução de trabalhos acadêmicos e projetos de pesquisa. Na maioria das vezes, pensamos na publicação de artigos somente no final de nossa pesquisa, quando já verificamos os seus resultados. Porém, você já parou para pensar que a sua revisão de literatura pode ser transformada em um artigo? Não? Espero que ao final da leitura deste capítulo você comece a pensar nisso!

O objetivo aqui é apresentar a vocês, leitores, o que é um artigo de revisão de literatura (ARL) e abordar uma série de dicas para facilitar sua escrita. Para tal, será utilizado como exemplo um ARL sobre violência sexual contra meninos no Brasil (Hohendorff, Habigzang, & Koller, 2012). De antemão, saiba que escrever um ARL é um desafio; não é fácil, mas é recompensador. Além do conhecimento adquirido acerca do conteúdo do artigo, aprende-se muito com sua escrita. E esse aprendizado nos acompanhará na produção de muitos outros textos, tornando-os mais atrativos aos nossos leitores.

Antes de tudo, caros leitores, perguntem-se: O que é um ARL? Caso você não tenha chegado a uma resposta, aqui estão algumas. A American Psychological Association (APA, 2012) indica que esse tipo de artigo caracteriza-se

por avaliações críticas de materiais que já foram publicados, considerando o progresso das pesquisas na temática abordada. Nesse sentido, os ARLs são textos nos quais os autores definem e esclarecem um determinado problema, resumizam estudos prévios e informam aos leitores o estado em que se encontra determinada área de investigação. Também identifica relações, contradições, lacunas e inconsistências na literatura, além de indicar sugestões para a resolução de problemas. Trata-se de um desafio, não é mesmo? É um processo semelhante ao de organizar nossa mesa de trabalho. No início, temos a sensação de que é impossível arrumar aquele amontoado de papéis e objetos. Porém, basta que iniciemos essa organização para percebermos que ela facilitará muito o nosso cotidiano. O mesmo vale para a produção de um ARL: o início pode ser difícil, mas o seu resultado será gratificante. Então, vamos em frente com nossa arrumação!

A APA (2012) considera que os ARLs englobam, também, artigos de metanálise e de revisão sistemática, sendo esse entendimento compartilhado por editores de importantes periódicos internacionais (Bem, 1995; Eisenberg, 2000). Porém, há a consideração de que artigos de metanálise e de revisão sistemática são distintos de ARL (Petticrew & Roberts, 2006).

A metanálise e a revisão sistemática podem ser entendidas como métodos de pesquisa. Quando se realiza uma metanálise, diferentes análises estatísticas são utilizadas para examinar um conjunto de dados empíricos advindos de estudos já publicados. A revisão sistemática (ver Capítulo 3), por sua vez, equivale a um levantamento de estudos já publicados a partir de um tema específico com o intuito de buscar respostas a determinadas questões (Petticrew & Roberts, 2006). Para tal, é necessário ter um problema de pesquisa claro, definir uma estratégia de busca dos estudos, estabelecer critérios de inclusão e exclusão dos artigos, além de realizar uma análise criteriosa acerca da qualidade da literatura selecionada (Sampaio & Mancini, 2007).

Por exemplo, tomando como base o estudo do tratamento psicológico para crianças e adolescentes vítimas de violência, poderíamos produzir um ARL no qual seriam apresentadas as abordagens terapêuticas utilizadas, os principais resultados dos tratamentos e os métodos utilizados nesses estudos, tecendo uma análise crítica desse material. Caso realizássemos uma revisão sistemática, precisaríamos definir as bases de dados nas quais realizaríamos a busca pelos estudos, os descritores e a sua abrangência (p. ex., por ano, local de publicação, idioma, etc.). Nosso foco estaria em apresentar os dados dessa busca: quantos artigos foram encontrados, onde e como os estudos foram feitos, bem como possíveis lacunas identificadas. Já um estudo de metanálise envolveria analisar estatisticamente os resultados advindos dos estudos nos quais diferentes tratamentos foram testados. As diferenças entre os artigos de revisão de literatura, revisão sistemática e metanálise estão sintetizadas no Quadro 2.1.

QUADRO 2.1

Diferenças entre artigos de revisão de literatura, revisão sistemática e metanálise

Revisão de literatura	Revisão sistemática	Metanálise
<p>Avaliações críticas do material já publicado</p> <p>Objetiva organizar, integrar e avaliar estudos relevantes sobre determinado tema</p>	<p>Método de pesquisa similar a survey, no qual os participantes são os estudos</p> <p>Objetiva sumarizar pesquisas prévias para responder questões, testar hipóteses ou reunir evidências</p>	<p>Método de pesquisa no qual são investigados o agrupamento de resultados de diversos estudos por meio de análises estatísticas</p> <p>Objetiva examinar estatisticamente resultados de estudos prévios</p>

Agora que já sabemos o que diferencia um ARL dos artigos de metanálise e de revisão sistemática, vamos às dicas acerca de sua escrita. Antes, cabe salientarmos que um ARL não é o mesmo que a revisão de literatura que é produzida em projetos de pesquisa e demais trabalhos acadêmicos. Revisões de literatura para projetos de pesquisa, dissertações e teses costumam ser demoradamente longas, realizadas com o intuito de mostrar ao leitor que a literatura existente sobre o tópico de interesse foi revisada em sua totalidade. Isso pode resultar em um texto com muitas seções (Bem, 1995) nas quais todo e qualquer estudo e seu resultado é descrito detalhadamente. Então, a primeira dica é: não confunda revisões de literatura com ARL. Transforme sua revisão de literatura em um artigo; arrisque-se! Depois disso, passe a escrever suas revisões de literatura no estilo de artigos. Elas ficarão mais bem escritas, tornando-se atrativas aos leitores, possivelmente membros de sua banca, pareceristas ou avaliadores de agências de fomento ficarão muito satisfeitos em ter investido seu tempo na leitura de um texto de qualidade.

Outra dica importante é estar ciente de que, provavelmente, você terá certa dificuldade em produzir seu primeiro ARL. Isso é natural, pois como todo novo trabalho, sua execução requer prática. O importante é não desanimar. Tenha em mente que a cada texto produzido você estará aprimorando suas habilidades e, com o passar do tempo, escrever um artigo parecerá menos difícil. Além disso, procure ler e escrever muito. A partir da leitura do que outros cientistas escreveram, você terá ideias para produzir seus próprios textos (Trzesniak & Koller, 2009). Quanto mais familiarizado com ARLs já publicados, mais fácil será redigir o seu próprio artigo.

Com o intuito de facilitar o processo de produção de um ARL, a seguir será apresentada uma espécie de roteiro passo a passo com dicas. Atente para o fato de que não são normas para a produção do seu ARL, mas apenas uma sistematização das principais etapas e dicas.

ETAPAS DE ELABORAÇÃO DE UM ARTIGO DE REVISÃO DE LITERATURA

A produção científica inicia com a definição e delimitação de um tema de pesquisa. O mesmo ocorre na produção de um ARL. Então, antes de iniciar a produção do seu ARL, pare por algum tempo e reflita sobre qual será, especificamente, o seu foco. Muitos de nós temos a tendência de escolher temas demasiadamente amplos. Utilize a técnica da pirâmide invertida para lhe auxiliar. Essa técnica consiste em delimitar o tema de seu artigo gradativamente. Por exemplo, caso um pesquisador tenha interesse em estudar depressão, iniciará seu cone invertido com esse tema e tentará delimitá-lo ao máximo. Nesse processo, é aconselhável formular questões: pergunte a si mesmo(a) sobre quem você quer escrever (p. ex., homens, mulheres, crianças, adultos, idosos, etc.), sobre qual contexto/região/estado/país você quer escrever, e se há alguma condição agregada (p. ex., seu foco de estudo possui alguma condição ou viés que o delimitam?). Após respondê-los, você terá um tema com um foco específico, facilitando a busca pelo material de consulta e a escrita do seu ARL. Veja na Figura 2.1 como ficaria o cone invertido nesse caso:

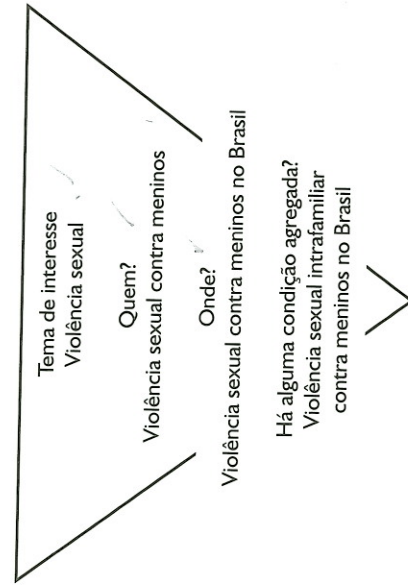


FIGURA 2.1

Exemplo de como definir e delimitar o tema de um ARL por meio da técnica da pirâmide invertida.

Após a definição e a delimitação do tema de seu artigo, é hora de realizar a busca e organização de materiais para a revisão de literatura. A primeira tarefa nessa etapa é identificar as palavras-chave relacionadas ao seu tema (Echer, 2001). Após a identificação dos descritores, consulte as principais bases de dados. Para uma descrição completa sobre descritores e consulta a bases de dados, veja o Capítulo 3.

Você deve estar se perguntando o porquê da definição de descritores e busca em bases de dados, já que estamos falando de um ARL e não de um artigo de revisão sistemática (ARS). Lembre-se de que a busca de artigos em bases de dados é o “pontapé” inicial de qualquer trabalho científico e não seria diferente em um ARL. A questão é que, ao produzir um ARS, os autores necessitam descrever detalhadamente essa etapa de busca por artigos em bases de dados, pois esse é o método de pesquisa empregado no artigo. Nesse sentido, um ARS se assemelha muito a um artigo empírico (ver Capítulo 4), pois possui as seções de método e resultados, o que não ocorre com um ARL. Embora sejam utilizados descritores e bases de dados, o conteúdo de um ARL não descreverá o processo de busca pelas publicações consultadas.

Ao reunir material para a produção de um ARL, é aconselhável também fazer uma busca por outras publicações, tais como livros, teses e dissertações. Lembre-se, no entanto, que as revistas científicas costumam exigir que grande parte das referências utilizadas em artigos submetidos seja de artigos já publicados. Assim, privilegie a utilização de artigos em detrimento de livros e demais materiais. Outra estratégia de busca é acessar a plataforma Lattes (lattes.cnpq.br) e fazer uma busca de currículos a partir de determinado tema, verificando as publicações dos autores sobre a temática de interesse.

Ao realizar a busca de materiais para sua revisão de literatura, leia atentamente o título e o resumo dos materiais encontrados. Não esqueça de verificar se a fonte dos materiais que você está consultando é confiável, bem como a sua qualidade e relevância. Salve apenas aqueles materiais que possuem alguma ligação com o seu tema de interesse. Crie pastas em seu computador, divida conforme os diferentes aspectos de seu tema. Em seguida, realize a leitura detalhada de cada material, e produza um resumo com suas próprias palavras. Reúna os resumos que possuem relação entre si e aqueles que, apesar de abordarem uma mesma questão, apresentam visões/resultados contraditórios.

A busca de materiais para sua revisão de literatura também fará com que você fique mais familiarizado com o tema que escolheu. Assim, é hora de elaborar o roteiro de seu ARL (Echer, 2001). A elaboração do roteiro requer bom senso já que, ao contrário dos artigos empíricos (ver Capítulo 4), os ARL não possuem um formato preestabelecido. Tenha em mente que o artigo deve “contar uma história coerente”, ou seja, com início, meio e fim. É possível organizá-lo a partir de modelos teóricos; pontos de vista do tema abordado (Bem, 1995), aglutinando ideias convergentes de autores diferentes ou obe-

decendo a uma ordem cronológica (Echer, 2001) de publicações ou do conteúdo abordado. A Figura 2.2 apresenta um roteiro do ARL sobre violência sexual contra meninos no Brasil.

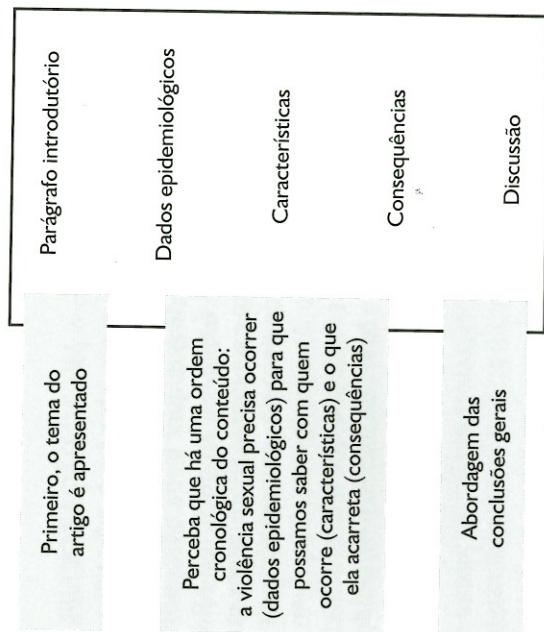


FIGURA 2.2

Exemplo de roteiro para um artigo de revisão de literatura.

PRIMEIRO, O TEMA DO ARTIGO É APRESENTADO

Perceba que há uma ordem cronológica do conteúdo: a violência sexual precisa ocorrer (dados epidemiológicos) para que possamos saber com quem ocorre (características) e o que ela acarreta (consequências).

De posse do roteiro, chegou a tão esperada hora: a *escrita do seu ARL*. Simultaneamente, inicie o processo de escolha pela revista a qual o seu ARL será submetido. Após essa escolha, busque por ARLs já publicados por essa revista e analise-os. Isso auxiliará na escrita do seu artigo. Atente também para as normas da revista (número máximo de páginas e de referências) que influenciarão diretamente na produção de seu artigo. Preocupe-se com sua formatação geral somente ao final da escrita.

Durante a escrita, é importante estar atento ao uso da linguagem científica. Entende-se por linguagem científica o modo como os pesquisadores de-

vem se comunicar em seus textos. Trata-se de uma linguagem pautada pela clareza e objetividade. Antes de iniciar a produção do ARL, é necessário definir qual é a mensagem que seu artigo irá transmitir. Guie sua escrita a partir de tal mensagem e busque transmiti-la aos leitores da forma mais clara e objetiva possível. Bem (1995) alerta para o fato de que a maioria dos ARLs se caracteriza por ser um amontoado de citações sem que haja uma clara mensagem, um fio condutor que perpassa todo o conteúdo abordado. Os autores de um ARL devem transmitir uma *clear take home message* (“mensagem clara para levar para casa”; Bem, 1995). Isso nada mais é do que o(s) autor(es) se posicionar a respeito do conteúdo abordado no ARL. Porém, não basta escrever “nossa opinião é...”; o posicionamento dos autores deve ter respaldo na literatura, ou seja, não basta apenas expor uma opinião sem demonstrar que a literatura existente certifica esse ponto de vista. Leia o trecho a seguir e tente identificar a mensagem.

Estimativas indicam que uma em cada quatro meninas e um em cada seis meninos experimentou alguma forma de violência sexual na infância ou adolescência (Sanderson, 2005). De acordo com este dado, meninas são mais vitimizadas do que os meninos, porém, tal diferença não é grande o suficiente para justificar a carência de estudos sobre a população masculina no Brasil. Nota-se que a temática da violência sexual masculina ainda carece de maior visibilidade social a fim de que vítimas, profissionais e sociedade em geral possam percebê-la como um problema de saúde pública (Holmes, Offen, & Waller 1997).

Baseados na escassez de literatura sobre o tema, os autores buscaram, ao longo do texto, enfatizar a ideia de que é necessário investir nessa temática.

Antes de escrever, pare e pense em qual é a mensagem que você quer transmitir aos leitores. Após definir isso, inicie a escrita de seu ARL. Não se esqueça de que a linguagem científica prima pela clareza e objetividade. Seu ARL deve, então, obedecer a esses princípios.

Escrever de forma clara e objetiva consiste em escrever de forma simples e direta. Evite palavras desnecessárias, bem como a utilização de diferentes sinônimos para indicar um mesmo fenômeno/conteúdo. Utilize frases curtas e objetivas. O mesmo vale para os parágrafos – cada um deve abordar uma ideia, e concluí-la, sem haver necessidade de retomá-la novamente em outra parte do texto, pois isso torna a leitura maçante. Bem (1995) enfatiza que um ARL não é um romance com *flashbacks*, mas uma pequena história com uma narrativa simples e linear. Veja o exemplo a seguir:

O local de ocorrência da violência sexual foi abordado em estudo com seis meninos, com idades entre sete e 13 anos, vítimas desta violência. Os locais nos quais ela ocorreu foram: a casa da vítima (três casos), escola (um caso), casa do autor da violência sexual (um caso), e instituição que o menino frequentava (um caso) – Kristensen, 1996). Além disso, uma revisão sistemática da literatura indicou que entre 54% e 89% das situações de violência sexual foram extrafamiliares e, destes, entre 21% e 40% foram cometidos por pessoas desconhecidas pelas vítimas. Entre 46% e 93% foram de episódio único, 17 a 53% foram casos crônicos e tiveram a duração entre menos de seis meses a 48 meses (Holmes & Slap, 1998).

Utilize sempre o mesmo termo – isso tornará o seu texto claro. A utilização de diferentes sinônimos para a mesma palavra pode confundir os leitores.

Atente para o tamanho do parágrafo e das frases – devem ser curtos e objetivos, apresentando uma ideia e concluindo-a.

De acordo com Kristensen (1996), as repercussões do abuso sexual podem atingir também a família da vítima. Sentimentos ante a revelação do abuso, como pânico, raiva, depressão, choro, evidenciados nos estudos de Kristensen (1996) e Pires Filho (2007), além de dúvidas quanto à sexualidade do menino, dificuldades de estabelecer limites ao filho abusado, e medo que este se torne um abusador podem ser experimentados pelos familiares, conforme salientou Almeida et al. (2009). Diante da complexidade do abuso sexual e da ansiedade mobilizada, autores como Araujo (2002) e Pires Filho (2007) lembram que é frequente que famílias de vítimas desistam do atendimento.

A ênfase está nos autores e não no conteúdo.

Veja a diferença quando os sobrenomes são colocados ao final da citação. O texto fica mais objetivo e interessante.

As repercussões do abuso sexual podem atingir também a família da vítima. Sentimentos ante a revelação do abuso, como pânico, raiva, depressão, choro (Kristensen, 1996; Pires Filho, 2007), além de dúvidas quanto à sexualidade do menino, dificuldades de estabelecer limites ao filho abusado, e medo que este se torne um abusador podem ser experimentados pelos familiares (Almeida et al., 2009). Diante da complexidade do abuso sexual e da ansiedade mobilizada, torna-se frequente que famílias de vítimas desistam do atendimento (Araujo, 2002; Pires Filho, 2007).

Evitar o uso de jargões – terminologias específicas de uma determinada disciplina – também potencializa a clareza e a objetividade de seu ARL. Este geralmente possui uma audiência maior que outros tipos de artigos, pois propicia aos leitores uma visão ampla sobre um assunto. Como não é comum que leitores de outras áreas de conhecimento consultem ARL, o uso de jargões pode dificultar o entendimento do seu conteúdo. A Psicologia possui vários jargões – citando apenas alguns: complexo de Édipo, contingências, tendência atualizante – e, por vezes, sua utilização é necessária. Quando não é possível evitar seu uso, faça-o com cautela, definindo o termo utilizado de forma clara e concisa e, preferencialmente, exemplificando-o (Bem, 1995).

Você deve tomar cuidado também com a forma como faz as citações durante o texto. Priorize a ideia, e não os autores. Assim, os sobrenomes dos autores devem aparecer entre parênteses, pois a ênfase deve estar no conteúdo (Bem, 1995). Dessa forma, seu texto ficará mais atrativo e claro aos leitores. Em vez de ler o sobrenome dos autores no corpo do texto, os leitores preferem saber o que eles têm a dizer sobre o conteúdo abordado em seu ARL. Assim, coloque os sobrenomes ao final da frase, entre parênteses. Compare os dois trechos a seguir:

O sobrenome dos autores deve constar no corpo do texto somente quando se objetiva enfatizá-los devido a sua relevância, ou seja, chamar atenção para determinado autor. Por exemplo, neste capítulo, por vezes, a citação de Bem (1995) foi feita no corpo do texto. Optou-se por citá-lo dessa forma por conta da relevância desse autor e, especificamente, dessa publicação com diretrizes sobre produção de ARL.

Outro cuidado referente às citações diz respeito a sua quantidade, uma vez que artigos de ARL tendem a ter muitas citações. Aconselha-se, que literaturas menos importantes sejam omitidas (Bem, 1995). A escolha pelos artigos mais relevantes pode ser feita por meio de: a) análise do número de vezes que o artigo foi citado; b) periódico no qual o artigo foi publicado; c) autoria do artigo (i.e., autores destacados na área). É possível também solicitar ajuda para colegas mais experientes. Além disso, várias revistas científicas vêm restringindo o número de referências que podem ser utilizadas na produção de um artigo. Esse é mais um motivo para avaliar o que incluir em seu ARL, priorizando literaturas mais relevantes.

Ao escrever seu ARL, tenha em mente o chamado “efeito dominó”, isto é, seu texto deve fluir de forma que cada nova ideia abordada seja conectada à ideia anterior. Evite o uso de metacomentários (Bem, 1995), ou seja, frases que antecipam o conteúdo do artigo. Lembre-se que o processo de escrita deve ser invisível ao leitor. Veja o exemplo a seguir:

Após a abordagem das características da violência sexual contra meninos, é relevante que as consequências dessa forma de violência sejam conhecidas. Dessa forma, serão apresentadas as principais consequências que os estudos da área indicam como comuns em meninos vítimas.

Agora veja a transição entre os conteúdos sem o uso de metacomentários.
Este parágrafo conecta o conteúdo que estava sendo abordado anteriormente no ARL (características da violência sexual – duração, frequência, idade das vítimas) com o conteúdo que seria abordado posteriormente – as consequências da violência sexual para as vítimas.

Este parágrafo antecipa o conteúdo que será abordado. Isso pode ser considerado como um metacomentário.

Fatores como a duração, frequência e as condições nas quais a violência sexual ocorreu (com ou sem a presença de ameaças e/ou violência), além da idade da vítima e do tipo de relacionamento com os autores, são indicados como mediadores do impacto desta violência para o desenvolvimento (Araújo, 2002; Furniss, 1993; Kristensen, 1996; Sanderson, 2005).

ou para os quais ainda não há um consenso. Lembre-se de que o principal objetivo de qualquer trabalho científico é o avanço do conhecimento. Seu ARL deve contribuir com esse processo. Leia o trecho inicial do artigo de ARL sobre meninos vítimas de violência sexual no Brasil:

Embora os estudos nacionais abordem, aparentemente, a violência sexual contra crianças e adolescentes independentemente do sexo das vítimas, ao se realizar uma análise do público participante das pesquisas, constata-se a predominância de vítimas do sexo feminino. Diferentes aspectos, tais como mecanismos e fatores relacionados à violência sexual (Drezett et al., 2001); exploração sexual (Cerqueira-Santos, Rezende & Correa, 2010); sintomas psicopatológicos (Habigzang, Cunha, & Koller, 2010); contexto judicial (Dobke, Santos, & Dell’Aglio, 2010) e tratamento de vítimas (Lucânia, Valério, Barison, & Miyazaki, 2009; Habigzang et al., 2009; Padilha & Gomide, 2004) são abordados nestes estudos. Por outro lado, o número de estudos nacionais publicados que abordam, especificamente, vítimas do sexo masculino é escasso. Ao se realizar um levantamento breve não sistemático de estudos brasileiros sobre o tema em bases de dados nacionais (BVS Psi e Scielo, Periódicos Capes), por exemplo, apenas uma publicação (Almeida, Penso, & Costa, 2009) foi encontrada.

A partir deste trecho você consegue definir o tema do ARL? Qual sua justificativa?

Após definir e esclarecer o problema de seu ARL, é necessário sumarizar estudos prévios. Busque mostrar aos leitores o estado em que se encontra o conhecimento sobre determinado tema. Tente responder aos seguintes questionamentos: O que já foi pesquisado? Quais os métodos utilizados? Onde os estudos foram feitos? Sumarizar estudos prévios evita que seu ARL se transforme em uma “colcha de retalhos”, na qual há um amontoado de citações sem uma análise do material abordado. Discuta as ideias, dados e conclusões apresentadas no texto.

É possível afirmar que a escrita de um ARL deve compreender dois processos: descrever e avaliar. Somente descrever os materiais consultados é insuficiente, também é necessário avaliá-los a partir de seus métodos e resultados. Ao realizar essa avaliação, você, futuro autor de um ARL, pode (e deve) fazer uma análise crítica. Porém, lembre-se de que essa análise crítica é dirigida ao trabalho, e não ao autor – *At verbum not ad hominem* (Bem, 1995). Nesse processo, não esqueça de que seu texto precisa transmitir uma ideia clara, que deve ser o fio condutor do artigo. Veja o exemplo:

É necessário lembrar da definição de ARL enquanto se está escrevendo um. Nesse tipo de artigo, os autores definem e esclarecem um problema específico, sumarizam estudos prévios e informam aos leitores o estado em que se encontra determinada área de investigação. Além disso, buscam identificar relações, contradições, lacunas e inconsistências na literatura e indicar sugestões para a resolução de problemas identificados (APA, 2012).

Definir e esclarecer determinado problema consiste em descrever de forma clara e objetiva o tema que será abordado no ARL. Geralmente essa definição é feita no início do texto com o objetivo de situar o leitor acerca do que será abordado no restante do artigo. É aconselhável justificar a escolha pelo tema abordado. Lembre-se de, ao escrever um ARL, utilizar o critério de relevância também para a escolha de seu tema. Aborde temas pouco explorados

A análise de 211 fichas de notificação de atendimentos imediatos às vítimas de violência sexual, realizados no Conjunto Hospitalar de Sorocaba (São Paulo), entre abril de 2003 e março de 2004, indicou que a maioria das vítimas (190 casos) era do sexo feminino, enquanto 21 casos envolveram meninos ou homens (Campos, Schor, Anjos, Laureritz, Santos, & Peres, 2005). Os dados documentais de 340 casos de violência infanto-juvenil notificados no Conselho Tutelar e no Programa Sentinela, no município de Itajaí (Santa Catarina), no período entre 1999 e 2003, evidenciaram que 287 (84,40%) das notificações se referiam a abusos sexuais perpetrados contra meninas, enquanto 53 (15,60%) contra meninos (Machado, Lueneberg, Régis, & Nunes, 2005). Por meio da consulta a 2.522 protocolos de atendimento de um programa estadual (Bahia) de denúncia e assistência à vítima de violência sexual foram encontrados 22 casos nos quais a violência sexual foi identificada ou revelada no contexto escolar, no período entre dezembro de 2001 e agosto de 2004. A maioria dos casos (86,36%) foi do sexo feminino (Inoue & Ristum, 2008).

Perceba o amontoado de citações, formando a chamada "colcha de retalhos". Neste trecho somente foi realizada a descrição dos estudos, sem avaliá-los.

Veja que nesse trecho há uma síntese dos estudos, tornando o texto mais interessante, pois foi feita uma avaliação do material consultado.

Ao mencionar essa lacuna – falta de estudos com populações não clínicas –, os autores continuam abordando a sua *deartrate* *home* *message* de que é necessário investigar melhor a temática.

O meio de coleta de dados predominante foi a análise documental, realizada por meio da consulta a expedientes judiciais, prontuários, protocolos e fichas de atendimento. Somente um estudo utilizou um instrumento de triagem para verificar a ocorrência de violência sexual. Assim, evidenciou-se a maior investigação de dados epidemiológicos em populações clínicas, ou seja, em locais de atendimento às vítimas, tais como ambulatórios, centros de referência, conselhos tutelares, programas públicos de atendimento e hospitais, enquanto que o estudo de populações não clínicas foi realizado somente em uma pesquisa realizada em escolas públicas (Polanczyk et al., 2003). Independentemente do meio de coleta de dados, todos os estudos reportaram índices mais elevados de ocorrência de violência sexual contra o sexo feminino. Porém, as maiores diferenças foram percebidas em estudos que utilizaram populações clínicas, enquanto que o estudo com população não clínica (Polanczyk et al., 2003) reportou a menor diferença entre os sexos, sendo 59,3% feminino e 40,7% masculino.

A partir da sumarização dos estudos prévios, é natural que os autores do ARL tenham um amplo conhecimento sobre as publicações do tema abordado. Diante disso, é o momento de identificar relações, contradições, lacunas e inconsistências nessas publicações. Essa identificação é feita a partir da aná-

lise conjunta das publicações que compõem um ARL. É necessário descrever o que há em comum entre elas, o que diverge e indicar aspectos ainda não investigados. Analise o exemplo a seguir e busque identificar se há e como foi feita a identificação de relações, contradições, lacunas e inconsistências:

Embora os estudos sobre consequências da violência sexual masculina indiquem similaridades, tais como a presença de ansiedade, problemas legais, problemas de autoimagem e dúvidas quanto à orientação sexual (Holmes & Slap, 1998; Kristensen, 1996; Pinto Junior, 2005), questões metodológicas limitam a generalização dos seus resultados. Por exemplo, alguns estudos recorreram à experiência clínica de profissionais que trabalhavam com vítimas de violência sexual (Pires Filho, 2007; Tremblay & Turcotte, 2005), não tendo acesso direto às vítimas, enquanto outros tiveram contato direto (Almeida et al., 2009; Collings, 1995; Dube et al., 2005; Kristensen, 1996; Lisak, 1994; Steever et al., 2001; Ullman & Filipas, 2005; Weiss, 2010). Nos estudos com profissionais, o resultado é limitado à percepção destes sobre o que seus pacientes vivenciaram. Dentre aqueles que recorreram às vítimas, a diferença de idades entre os participantes é perceptível, variando desde a infância e adolescência (Almeida et al., 2009; Collings, 1995; Kristensen, 1996; Pinto Junior, 2005); adolescência e idade adulta (Steever et al., 2001; Weiss, 2010); e somente adultos (Dube et al., 2005; Lisak, 1994; Ullman & Filipas, 2005). Além disso, diferentes técnicas para coleta de dados foram utilizadas, tais como revisão sistemática da literatura (Holmes & Slap, 1998; Pfeiffer & Salvagni, 2005); análise documental (Weiss, 2010); estudo de caso (Almeida et al., 2009); entrevistas e questionários (Dube et al., 2005; Kristensen, 1996; Lisak, 1994; Pinto Junior, 2005; Ullman & Filipas, 2005); e instrumentos para verificar sintomatologia (Collings, 1995; Steever et al., 2001). Mesmo que a literatura indique consequências comuns a meninos e homens que sofreram violência sexual, cada caso é peculiar e sofre influência de diversas variáveis. Os estudos indicam tendências e estão limitados a questões metodológicas. Assim, é necessário atentar para a individualidade de cada caso.

Percebam, caros leitores, que inicialmente é feita uma relação acerca das consequências da violência sexual contra meninos nos estudos revisados. Em seguida, há uma problematização sobre lacunas metodológicas (p. ex., diferentes técnicas de coleta de dados e fontes – profissionais e vítimas) que inviabilizam a generalização dos resultados dos estudos revisados.

Após sumarizar os estudos e indicar relações, contradições, lacunas e inconsistências, deve-se informar aos leitores do ARL o “estado da arte”, ou seja, o que já se sabe sobre o tema, quais as evoluções conquistadas a partir das pesquisas e o que ainda é necessário investigar. Isto costuma ser feito no final do ARL, pois se assemelha a uma conclusão. Em seguida, é necessário sugerir direções para resolver o problema abordado no texto: O que ainda é necessário pesquisar? De que forma? Por que isso é necessário? Essas perguntas são úteis nessa etapa da escrita de seu ARL.

Em suma, este ensaio teórico indica a necessidade de incremento de estudos nacionais sobre a violência sexual contra o público masculino. Somente um artigo específico sobre a temática foi encontrado em bases de dados brasileiras (Almeida et al., 2009). Além disso, demais publicações (p. ex., dissertação e livros) também são em número reduzido. Aspectos como a vergonha e a dificuldade de meninos e homens em relatar a ocorrência de violência sexual, bem como as dificuldades relacionadas à própria denúncia, podem contribuir para este panorama. Além disso, meninos e homens podem não perceber as situações de violência sexual como tal ou considerá-las como comportamentos de iniciação sexual e, assim, não efetuarem a notificação. Sendo os casos em meninos e homens menos notificados e, assim, mantidos em segredo, o acesso a essa população para a condução de pesquisas pode ser dificultado.

Mesmo, aparentemente, em menor número, os casos de violência sexual masculina ocorrem e necessitam de atenção. Ao se estudar e divulgar dados acerca da vitimização sexual masculina, pode-se iniciar um movimento de mudança cultural de subnotificação destes casos no Brasil. Estudos futuros podem contribuir para a desmistificação da violência sexual masculina evidenciada pela escassez de estudos nacionais sobre o assunto. Pesquisas sobre a dinâmica da situação de violência sexual, características das vítimas e autores, além de suas possíveis consequências a curto e longo prazos, fornecerão informações e dados que podem ser utilizados em estratégias preventivas e terapêuticas. Estudos internacionais, por exemplo, indicam a presença de dúvidas quanto à orientação sexual (Lisak, 1994; Tremblay & Turcotte, 2005; Weiss, 2010) e a tendência a comportamentos externalizantes (Maniglio, 2009; Ullman & Filipas, 2005) como consequências frequentes da violência sexual masculina. O estudo de meninos e homens brasileiros pode evidenciar peculiaridades devido a fatores ambientais e culturais, além de agregar novos conhecimentos aos já existentes.

Note que o primeiro trecho abordou prioritariamente o "estado da arte", enquanto no segundo as direções sobre o tema abordado foram indicadas.

Já estamos chegando ao final da produção de um ARL. Chegou, então, a hora de finalizar sua escrita. Tome muito cuidado nessa etapa! Há a tendência de os autores (e eu me incluo aqui) finalizarem seus textos sugerindo novas pesquisas. A não ser que o tema abordado em seu ARL seja pouco pesquisado, não faça isso! Bem (1995) afirma que isso é maçante e, quando for feito, deve ser no início do texto. Finalize seu ARL com conclusões gerais ou retomando a ideia principal do texto – a *clear take home message*. Veja o exemplo a seguir:

Por se tratar de uma situação complexa, todos aqueles que possuem contato com meninos e homens, ou seja, pais, professores e profissionais devem ser capazes de identificar sinais e sintomas decorrentes da violência sexual para proceder aos encaminhamentos necessários. O aumento de publicações sobre o tema, bem como a educação continuada de profissionais e a divulgação na mídia podem ser benéficos para o reconhecimento de situações de violência sexual.

Agora chegou o momento de *revisar e formatar seu ARL*. Deixe-o de lado por algum tempo – o suficiente para que você não lembre mais detalhadamente seu conteúdo – e, depois disso, releia-o. A leitura e releitura de seu texto o auxiliará a verificar a sua clareza; mas isso não basta. Leia seu ARL em voz alta (Trzesniak & Koller, 2009), prestando atenção em cada palavra utilizada e na formação das frases. Esse é um bom momento para excluir palavras desnecessárias e revisar o tamanho de parágrafos e frases. À medida que revisa seu artigo, vá anotando as citações feitas ao longo do texto para a produção da lista de referências. Aproveite para formatar o texto de acordo com as normas da revista. Lembre-se de que os editores não julgam apenas o conteúdo de seu artigo, mas também sua apresentação. Um artigo fora das normas da revista será rejeitado mesmo antes de seu conteúdo ser lido.

Após isso, provavelmente você estará convicto de que seu ARL está pronto (e muito bom!) para ser submetido à apreciação de uma boa revista científica. Não quero desanimá-lo, mas esse ainda não é o momento de encaminhá-lo à revista escolhida.

Quando escrevemos um ARL, ficamos submersos em seu conteúdo e em nosso estilo de escrita. Por mais que você escreva bem, sempre há algo a melhorar; algo que, devido à familiaridade entre você e seu ARL, possa ter passado despercebido. Então, quando você concluir que o seu texto está suficientemente bom, passe para a próxima etapa: *entregue a um(a) colega sincero(a) e solicite sua opinião*. Preferencialmente, essa pessoa deve estar familiarizada com a escrita científica. Entregue seu ARL e prepare-se para receber críticas e sugestões, que certamente virão. Lembre-se de que o intuito dessas críticas e sugestões é o de contribuir para o aprimoramento do seu ARL (Echer, 2001). Assim, caso seu(ua) colega não entenda algo em seu texto ou lhe diga que ele precisa melhorar, não discuta, lembre que se trata de um favor que está sendo feito a você, além de uma contribuição ao seu trabalho. Como afirmou Bem (1995), uma boa escrita equivale a dar uma boa aula. O seu texto deve ser suficiente para que os leitores entendam o tema abordado, sem serem necessárias explicações adicionais.

Após a apreciação de seu ARL por um(a) colega, revise-o novamente e busque incorporar as sugestões feitas, bem como tornar o texto mais claro objetivando esclarecer dúvidas que surgiram. Pronto! Agora sim, chegou o momento de *encaminhar seu ARL para a revista escolhida*. Revise, mais uma vez, a formatação e o encaminhamento.

Muito provavelmente seu ARL não será aceito nessa primeira submissão. Isso é normal, não se desespere! Fique muito feliz se você for convidado a resubmeter seu ARL. Leia os pareceres atentamente, lembrando que os revisores são seus colaboradores nesse processo de produção e publicação do artigo. Não interprete as críticas ao seu ARL como críticas pessoais. Analise cada sugestão indicada e incorpore-as ao seu ARL. Bem (1995) sugere que a

revisão e reorganização de um ARL, após a análise dos pareceristas, não deve ser feita a partir da tela do computador. Deve-se imprimir o texto, recortá-lo e reorganizar suas seções, escrever comentários e, após, editá-lo em seu computador. Depois disso, faça a resubmissão. Se após isso seu artigo ainda não for publicado, não desista. Melhore-o e aprenda com cada erro cometido. Minha dica é lembrar que até mesmo o melhor editor da melhor revista científica certamente já teve dificuldade em escrever e em ter algum artigo aceito. O que ele fez? Com certeza continuou escrevendo, insistindo e, acima de tudo, aprendendo. Agora, cabe a ele nos ensinar para que um dia cheguemos onde ele chegou. Esse é o ciclo da ciência: estudar, aprender, errar, aprender mais, errar, aprender mais ainda, ensinar. Sigamos evoluindo!

REFERÊNCIAS

- American Psychological Association (2012). *Manual de publicação da APA* (6. ed). Porto Alegre: Penso.
- Bem, D. J. (1995). Writing a review article for *Psychological Bulletin*. *Psychological Bulletin*, 118, 172-177.
- Echer, I. C. (2001). A revisão de literatura na construção do trabalho científico. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 22, 5-20.
- Eisenberg, N. (2000). Writing a literature review. In R. J. Sternberg (Ed). *Guide to publishing in psychology journals* (pp. 17-34). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: Dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23, 395-415. Petticrew, M., & Roberts, H. (2006). *Systematic reviews in the social sciences: A practical guide*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Sampaio, R. F. & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa de evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11, 83-89.
- Trzesniak, P. & Koller, S. H. (2009). A redação científica apresentada por editores. In A. A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Eds.), *Publicar em Psicologia: Um enfoque para a revista científica* (pp. 19-33). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

3

Como escrever um artigo de revisão sistemática

Angelo Brandelli Costa
Ana Paula Couto Zoltowski

A ideia contemporânea de uma revisão de pesquisas feita de maneira sistemática surgiu no final da década de 1970 a partir do conceito de metanálise. O termo foi criado por Gene Glass (1976), um pesquisador da área da psicologia, que definiu metanálise como “a análise estatística de uma grande coleção de resultados de estudos individuais com a finalidade de integrar esses resultados” (p. 3). Glass demonstrou seu método em revisões sobre a influência do tamanho das turmas no processo educativo (Glass & Smith, 1979; Smith & Glass, 1980) e sobre a eficácia de psicoterapia (Smith, Glass, & Miller, 1980). Apesar do termo metanálise ser frequentemente utilizado como sinônimo de revisão sistemática, quando a revisão inclui uma metanálise, atualmente os dois termos possuem sentidos distintos (Sousa & Ribeiro, 2009). *Metanálise* refere-se ao procedimento estatístico de tratamento de dados de diversos estudos com o objetivo de agrupá-los, enquanto *revisão sistemática* se refere ao processo de reunião, avaliação crítica e sintética de resultados de múltiplos estudos, podendo ou não incluir uma metanálise (Cordeiro, Oliveira, Renteria, Guimarães, & Grupo de Estudo de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro, 2007).

Inicialmente limitada à clínica médica, a revisão sistemática foi adotada por outros campos, como enfermagem, saúde mental, fisioterapia e terapia ocupacional. O desenvolvimento desse método de revisão da literatura na área da saúde deveu-se, especialmente, à Fundação Cochrane. Instituída em 1992, no Reino Unido, a fundação ajudou a disseminar estudos empregando a revisão sistemática na área da saúde e o método como referência para as pesquisas da medicina baseada em evidências (Alderson & Higgins, 2004). Atualmente, você pode encontrar revisões sistemáticas em diversos campos do conhecimento, incluindo a psicologia, avaliando e sintetizando evidências de uma ampla gama de questões de pesquisa e incluindo praticamente todos os tipos de estudo, para além das pesquisas de eficácia (Lopes & Fraccolli, 2004).

A revisão sistemática é um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada. O seu resultado não é uma simples relação cronológica ou uma exposição linear e descritiva de uma temática, pois a revisão sistemática deve se constituir em um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito do material analisado (Fernández-Ríos & Buela-Casal, 2009). Seria possível simplesmente consultar livros-texto ou bases eletrônicas de dados que permitam que milhares de artigos sejam pesquisados em um período de tempo relativamente curto. No entanto, essa forma tradicional de revisão organizada o material de acordo com a perspectiva dos autores. Ao fazer uma revisão assim, corremos o risco de que a busca fique enviesada, já que, como autores, temos a tendência de supervalorizar estudos que estejam de acordo com nossas hipóteses iniciais e ignorar estudos que apontem para outras perspectivas. Nesse sentido, a revisão sistemática é um método que minimiza esse viés.

O objetivo do capítulo é ajudá-los na escrita de uma revisão sistemática de qualidade. Elencamos oito etapas básicas que podem servir como um guia durante todo o processo de construção desse trabalho:

1. delimitação da questão a ser pesquisada;
2. escolha das fontes de dados;
3. eleição das palavras-chave para a busca;
4. busca e armazenamento dos resultados;
5. seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão;
6. extração dos dados dos artigos selecionados;
7. avaliação dos artigos;
8. síntese e interpretação dos dados (Akobeng, 2005).

Cada etapa será mais bem detalhada nas seções seguintes. É importante que você lembre que, embora seja possível se falar em etapas para a realização de uma revisão sistemática, isso é feito com caráter pedagógico. Você perceberá que essas etapas, por vezes, se relacionam e não ocorrem de maneira sequencial.

DELIMITAÇÃO DA QUESTÃO A SER PESQUISADA

A delimitação da questão a ser pesquisada é um passo fundamental para começar uma revisão sistemática. Se você buscar, por exemplo, a relação de mães e bebês, a pesquisa terá um número tão grande de resultados que inviabilizará qualquer tentativa de sistematização. Para que você faça uma busca relevante e sintética, é importante ter clara qual a relação entre os conceitos que se está buscando investigar. O problema de pesquisa de revisão pode ser decomposto em algumas partes que visam a facilitar a busca e a organização dos resultados encontrados. Petticrew e Roberts (2006) sugeriram estratégias facilitadoras para esse processo de desmembramento da questão de estudo, principalmente no caso de estudos sobre avaliação de eficácia: definição de qual é a população de interesse (p. ex., crianças, adolescentes, adultos jovens, etc.); de qual é a intervenção que se pretende avaliar (p. ex., psicoterapia individual, psicoterapia de casal, cursos, etc.); com o que a intervenção está sendo comparada (p. ex., outro tipo de intervenção, de curso, etc.); quais os desfechos a serem investigados, tanto positivos quanto negativos; qual o contexto em que a intervenção foi desenvolvida (p. ex., laboratórios, ambientes naturais, etc.). Além de revisões sistemáticas sobre eficácia de intervenção, existem outras perguntas que você pode fazer e que podem ser respondidas por uma revisão sistemática (Tabela 3.1).

Ao definir claramente a questão a ser pesquisada, você deve buscar por revisões já existentes que investiguem o mesmo tema, pois é um desperdício de recursos e de tempo reproduzir uma revisão sistemática recente já existente. Lembre-se, contudo, que o fato de já existir uma revisão sobre o assunto de interesse não elimina a necessidade de iniciar um novo trabalho. Revisões de qualidade, porém desatualizadas, ou revisões com problemas metodológicos intrínsecos podem justificar a realização de um novo estudo sobre o tema, buscando responder as lacunas das revisões anteriores. Uma vez circunscrita a questão a ser pesquisada, você pode seguir para os passos que compõem a revisão propriamente dita.

TABELA 3.1
Perguntas possíveis para uma revisão sistemática

Modelo	Exemplo
Eficácia	Quão eficaz é a terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes abusados sexualmente com transtorno de estresse pós-traumático? (Passarela, Mendes, & Mari, 2010)
Triagem e diagnóstico	Como ocorre o acolhimento a usuários dos serviços públicos? (Carvalho et al., 2008)
Fatores de risco e/ou proteção	Como o gênero se relaciona com as expectativas do uso de álcool? (Fachini & Furtado, 2012)
Interação entre intervenção e desfechos	Qual o impacto de intervenções para solucionar o problema das superlotações hospitalares? (Bittencourt & Hortale, 2009)
Prevalência	Qual a prevalência de maus-tratos na terceira idade? (Espindola & Blay, 2007)
Processo de intervenções ou influências e eventos na vida das pessoas	Qual a influência paterna no desenvolvimento infantil? (Cia, Williams, & Aiello, 2005)
Metodologias	Quais são os instrumentos utilizados para avaliação do tabagismo? (Santos, Silveira, Oliveira, & Caiafa, 2011)
Custo-benefício	Qual a importância da cobrança de honorários para a prática psicoterapêutica? (Gross & Teodoro, 2009)

Fonte: Baseada em Petticrew e Roberts (2006).

ESCOLHA DAS FONTES DE DADOS

Existem diversas fontes que podem ser consultadas para compor um projeto de revisão. As bases eletrônicas de dados costumam ser a primeira opção, já que congregam um amplo volume de material sobre tópicos específicos e podem ser facilmente consultadas. Você pode fazer esta busca tanto em bases de dados especializadas (Quadro 3.1) quanto nas convencionais (Quadro 3.2). Observe que algumas das bases de pesquisas mais relevantes para a área da psicologia estão listadas no Quadro 3.2.

 QUADRO 3.1
Bases especializadas em revisões sistemáticas

Base	Característica
Cochrane Database of Systematic Review	Tratamentos de saúde e intervenções sociais
DARE	Tratamentos de saúde e intervenções sociais
Research Evidence in Education Library	Intervenções educacionais
The Campbell Collaboration	Intervenções sociais e políticas públicas
The Evidence for Policy and Practice Information and Co-ordinating Centre (EPPI-Centre)	Saúde, sociais e políticas públicas
The Joanna Briggs Institute	Saúde

Dependendo da questão de pesquisa e dos critérios de inclusão, a *grey literature* pode ser também uma boa fonte de referências para o seu estudo. O termo *grey literature* refere-se às produções científicas que não são veiculadas nos meios usuais de publicação. Ela inclui informativos publicados por organizações governamentais, não governamentais, materiais produzidos por grupos de pesquisas e disponibilizados apenas em *websites*, teses e dissertações, entre outros. Perceba que uma fonte interessante de consulta de resumos da produção acadêmica brasileira encontra-se no próprio repositório de teses e dissertações da CAPES (www.capes.gov.br).

Outra estratégia interessante que você pode adotar é a busca nas referências dos artigos já selecionados para revisão. Se essa estratégia for adotada, ela deve estar descrita na seção do método. É pouco provável que um artigo que investiga assédio moral no trabalho, por exemplo, não utilize como referência diversos estudos clássicos sobre o assunto que podem ter ficado de fora da sua revisão. Atente que essa não deve ser a única estratégia de busca utilizada, visto que você corre o risco de não contemplar uma gama de outras possibilidades de estudos não citados naquele artigo específico.

A partir da escolha das fontes de dados, parte-se para a busca dos artigos relacionados à questão de pesquisa. A definição de palavras-chave adequadas torna-se então uma etapa fundamental para se chegar a um número significativo e representativo de resultados.

☑ QUADRO 3.2

Bases de dados eletrônicas

Base	Característica
EBSCO	Base de dados multidisciplinar. Estão disponíveis referenciais com resumos e textos completos.
ERIC	Base de dados sobre educação e temas relacionados. Indexa artigos, resumos de congressos, teses, dissertações, monografias, dentre outros materiais. Acesso gratuito.
Gale	Base de dados multidisciplinar. Contém textos completos.
JSTOR	Base de dados multidisciplinar dividida em coleções específicas (humanidades, ciências sociais, matemática e estatísticas).
PsycINFO	Base de dados em psicologia, educação, psiquiatria e ciências sociais. Editada pela American Psychological Association (APA).
PubMed/MedLine	Foco em literatura biomédica e ciências da vida. Contém textos completos. Acesso gratuito.
SAGE	Foco nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Contém textos completos.
Science Direct	Base de dados multidisciplinar que contém textos completos.
SCOPUS	Base de dados multidisciplinar de resumos e de fontes de informação de nível acadêmico. Indexa periódicos e patentes, além de outros documentos.
Web of Science	Base de dados multidisciplinar que indexa apenas os periódicos mais citados em seus respectivos campos. Atua também como índice de citações.
Banco de teses da CAPES	Base multidisciplinar que reúne teses e dissertações brasileiras. Acesso gratuito.
BVS	Biblioteca virtual em Saúde. Permite realizar uma busca integrada nas bases de dados da BIREME. Contém referências com resumos. Acesso gratuito.
LILACS	Base de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde. Reúne publicações a partir de 1982. Acesso gratuito.
PePSIC	Base de dados de periódicos científicos em Psicologia e áreas afins. Possui artigos com texto completo. Acesso gratuito.
SciELO	Biblioteca eletrônica que integra periódicos científicos do Brasil e América Latina e Caribe. É uma base multidisciplinar que contém textos completos. Acesso gratuito.
Google Scholar	Ferramenta ampla de busca. Possibilita a pesquisa de materiais variados, como resumos de congressos e trabalhos completos. Acesso gratuito.
Periódicos CAPES	Biblioteca virtual que reúne e disponibiliza produção científica internacional. Acesso a textos completos.

ELEIÇÃO DAS PALAVRAS-CHAVE PARA A BUSCA

As palavras-chave sintetizam os conceitos ou as variáveis principais investigados em determinado estudo. Perceba que para selecionar os artigos para a revisão sistemática, as palavras-chave precisam ser sensíveis o suficiente para acessar adequadamente o fenômeno, indicando um número representativo de trabalhos. Porém não podem ser sensíveis demais, retornando muitos resultados, inviabilizando o projeto de revisão.

Uma maneira de definir as palavras-chave é procurá-las em *thesaurus* ou banco de terminologias. O objetivo principal da utilização de um banco de terminologias é a realização de uma busca rápida e bem-sucedida de publicações acadêmicas. A unificação de terminologias favorece o diálogo entre a comunidade científica, à medida que inibe a proliferação de diferentes conceitos para retratar um mesmo fenômeno. Com esse intuito, o Tesouro de Termos em Psicologia (*Thesaurus of Psychological Terms*), da APA, caracteriza-se como o instrumento mais reconhecido da área para busca e atribuição de palavras-chave. É uma ferramenta adotada por bibliotecas, autores e editores de periódicos. O Tesouro foi desenvolvido a partir da compilação dos termos mais representativos da literatura. Além do Tesouro da APA, você pode utilizar o MeSH (*Medical Subject Headings*), que é um vocabulário de terminologias específico para indexações na base de dados PubMed. Nesse caso, envolve terminologias da literatura biomédica. No Brasil, a terminologia em psicologia desenvolvida pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi) inspira-se na construção do Tesouro da APA e se chama Terminologia em Psicologia. Da mesma forma que as terminologias anteriores, a ferramenta desenvolvida pela BVS-Psi propõe a indicação de palavras-chave, sendo constantemente atualizada por meio de novos descritores.

Embora esses bancos de terminologias sejam fontes importantes de busca de palavras-chave, você não deve tomá-los como critérios definitivos. Um exemplo é a pesquisa de Costa, Bandeira e Nardi (2013), que buscava instrumentos que avaliam homofobia e construtos correlatos. Essa revisão sistemática foi conduzida no PubMed, PsycINFO, ERIC e JSTOR em maio de 2011, buscando artigos revisados por pares em periódicos indexados a partir de 1993, dada a existência de uma revisão que incluiu artigos publicados até essa data. Desde 1982, a American Psychological Association sugere o uso do termo *Attitudes toward homosexuality* no lugar de *Homophobia*. No entanto, como diversos construtos referindo-se ao mesmo fenômeno foram encontrados na literatura, optou-se por utilizar todos. Uma busca inicial foi realizada para confirmar a presença ou a ausência de resultados com cada um dos termos. Mantiveram-se os termos que retornaram algum resultado. A busca final utilizou os seguintes termos: (*homosexual prejudice OR homosexuality prejudice OR attitudes toward homosexuality OR homophobia OR homonegativity OR ho-*

monegativism OR antihomosexuality OR antihomosexuality OR heterosexism OR heteronormativity OR homophobic OR homophobia OR attitudes toward homosexuality) AND (measurement OR test OR scale OR inventory OR assessment). Perceba, por meio desse exemplo, que nem sempre a palavra-chave indicada para definir determinado fenômeno traduz a gama de construtos que vêm sendo utilizados pelos pesquisadores da área.

BUSCA E ARMAZENAMENTO DOS RESULTADOS

A busca exemplificada anteriormente utiliza uma *string*, ou seja, um conjunto de descritores com alguns operadores booleanos: AND, OR, parênteses. O objetivo de compor uma *string* para executar a sua pesquisa por literatura de interesse é unificar os procedimentos de busca em diversas bases e restringir ou ampliar o que se deseja buscar. Cada base de dados utilizará operadores específicos; assim, não se esqueça de consultar as instruções de cada base, a fim de compor a *string* corretamente.

Diferentemente de uma revisão convencional, o processo de busca na revisão sistemática deve obedecer alguns procedimentos cuidadosos. Em primeiro lugar, a *string* utilizada deve ser documentada, bem como o número de artigos incluídos e excluídos. A utilização de figuras facilita a ilustração do processo (Figura 3.1).

Em segundo lugar, é importante que a busca seja realizada por pelo menos dois juízes no mesmo intervalo de tempo, a fim de minimizar o viés no processo de busca. Como novos artigos são acrescentados nas bases a cada momento, a delimitação temporal em que a revisão ocorreu (p. ex., 2008-2012) é imprescindível, explicitando os motivos para restrições de data de publicação nos artigos buscados. Além disso, deve-se definir a data em que a busca pelos artigos foi realizada nas bases de dados (p. ex., dezembro de 2012). Posteriormente, o resultado da seleção feita por esses juízes será comparado, a fim de se chegar a um consenso. Caso o consenso não seja alcançado, estratégias devem ser encontradas. Essas estratégias vão desde uma nova busca por um terceiro juiz até uma discussão entre juízes a respeito dos resultados encontrados a fim de um novo consenso.

Embora não seja imprescindível a sua utilização, alguns programas foram desenvolvidos para facilitar a sistematização dos resultados das buscas em projetos de revisão e a posterior análise dos resumos. O *EndNote* é um dos *softwares* mais utilizados para o gerenciamento de referências para artigos e demais textos acadêmicos, além de possibilitar acesso gratuito pelo portal do Periódicos Capes. Ele possui algumas utilidades principais: busca e importação *online* e em qualquer idioma em bases de dados, como PubMed e SciELO, organização de referências, imagens e outros tipos de arquivos na biblioteca

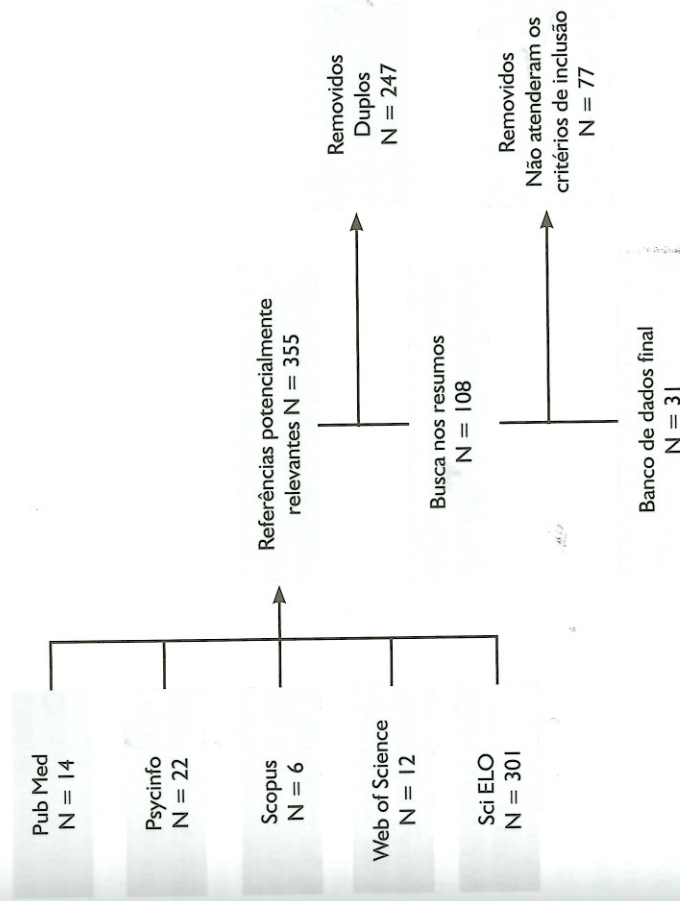


FIGURA 3.1

Resultado da busca de Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2012).

do programa e procura de artigos automaticamente a partir das referências. Além dessas possibilidades, o *EndNote* permite o acréscimo de um componente interessante que facilita trabalhos colaborativos entre colegas: o *EndNote Web*. Essa ferramenta permite transferir e compartilhar materiais entre diferentes pessoas e computadores, via *web*. Além do *EndNote*, o *Refworks* é uma ferramenta que auxilia na busca, no gerenciamento e no compartilhamento de diversos tipos de arquivos, como citações e referências. Possibilita importar referências de arquivos e de base de dados. Como é um programa disponível *online*, seu acesso pode ser realizado em qualquer lugar, desde que os pesquisadores realizem o *login* na área de acesso. Ao contrário do *EndNote*, o *Refworks* não possibilita acesso gratuito via Periódicos Capes. Para acessá-lo, os pesquisadores deverão comprar uma licença.

É inevitável que a busca retorne resultados irrelevantes, não importa o quão bem-sucedido você tenha sido com o processo de eleição de palavras-chave. Assim, o trabalho de seleção dos resultados retornados de acordo com critérios de inclusão e exclusão constitui o próximo passo.

SELEÇÃO DE ARTIGOS PELO RESUMO, DE ACORDO COM CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os artigos potencialmente relevantes selecionados na busca devem ser classificados a partir de critérios de inclusão e exclusão. A fim de minimizar os vieses, essa etapa também deve ser realizada por dois juízes independentes que analisarão os resumos dos artigos armazenados previamente.

Perceba que você pode adotar diversos critérios de inclusão e exclusão como filtro para os artigos selecionados. Critérios metodológicos, como delimitamento utilizado (p. ex., experimentos, levantamentos, estudos de caso); tipo de instrumento utilizado (p. ex., entrevistas, grupos focais, testagem, etc.); análise dos dados (p. ex., análise de conteúdo, fenomenologia, testes estatísticos, etc.), caracterizam-se como aspectos fundamentais para seleção dos estudos. Outros critérios de inclusão e exclusão que podem ser levados em consideração são o idioma de publicação, a realização da pesquisa em determinado contexto ou cultura, etc. Na pesquisa de Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2012), por exemplo, foram identificados estudos acerca do preconceito contra orientação sexual no contexto brasileiro. Os critérios de inclusão adotados foram o estudo ser empírico, abordar predominantemente o tema preconceito contra orientação não heterossexual (ou construto correlato como homofobia, heterossexismo, atitudes negativas em relação à homossexualidade, entre outros) e ter como foco de investigação a população brasileira. Dados esses critérios de inclusão, 77 artigos da busca inicial foram removidos (ver Figura 3.1).

Perceba que, após a etapa de seleção dos artigos, os estudos que compõem o banco final devem ser explorados de maneira pormenorizada. Nessa nova fase, vista a seguir, você necessita atribuir um olhar mais atento e cuidadoso na extração e na análise dos dados dos estudos selecionados.

EXTRAÇÃO DOS DADOS DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Até esse momento, o trabalho foi realizado com os resumos sendo analisados em *softwares* para gerenciamento de referências bibliográficas. Para garantir a qualidade no processo de extração de dados, é importante que você localize os textos completos dos artigos que compõem o banco final. Caso haja dificuldade em acessar o texto completo de algum artigo, essa informação deve constar de maneira clara na seção do método e esse artigo deve ser deixado de fora dos resultados finais. O trabalho de extração de dados também deve ser realizado por dois juízes, buscando o consenso, a fim de reduzir vieses. Um procedimento interessante a ser adotado é, primeiramente, inserir em uma planilha os dados mais gerais dos artigos, seguindo algumas categorias,

tais como: nome do estudo, referencial teórico, objetivos, localização temporal da intervenção, contexto, instrumentos, descrição dos participantes, principais achados, entre outros. Esse procedimento auxilia na visualização mais geral dos artigos, possibilitando organizá-los e compará-los.

A categorização inicial colabora para a avaliação crítica dos estudos, uma vez que, com a decomposição dos artigos em categorias, conseguimos visualizar possíveis limitações metodológicas significativas. Além disso, nem todos os aspectos presentes nos estudos se prestam a serem extraídos a partir das categorias definidas. Nesse sentido, é importante que você leve em conta e registre, durante o processo de extração de dados, pontos altos e baixos de cada estudo que possam ajudar na avaliação dos artigos, em conjunto com outros critérios descritos a seguir. Como pontos baixos, podemos citar limitações metodológicas, análises estatísticas inadequadas, problemas com amostragem, etc. Como pontos altos, podemos considerar achados relevantes que atendam ao objetivo da revisão, delineamentos fortes e tratamento adequado dos dados.

AValiação DOS ARTIGOS

A avaliação dos artigos visa a constatar se eles são ou não pertinentes para responder à pergunta de pesquisa. Nesse ponto, você se pergunta com mais clareza: Os participantes dos estudos revisados representam a população que quero estudar? Os estudos apresentam alguma limitação que pode comprometer a interpretação do seu resultado final?

Uma possibilidade é avaliar os estudos a partir do delineamento utilizado, por exemplo, dando maior ênfase aos resultados que apresentem delineamentos experimentais e quase-experimentais. Já para delineamentos qualitativos, você pode utilizar a estratégia de metassíntese, que envolve a análise da teoria, dos métodos e dos resultados de estudos qualitativos, levando a uma síntese do fenômeno estudado. Outra possibilidade é utilizar como critério de avaliação o referencial teórico, classificando os estudos de acordo com a qualidade da utilização dos construtos adotados. Outros critérios podem ser evocados no caso de uma revisão de instrumentos. Por exemplo, na revisão de Costa, Bandeira e Nardi (2013) foram utilizadas as noções de validade e fidedignidade do *Standards for Educational and Psychological Testing* (American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education [AFRA, APA, & NCME], 1999). Nesse caso, realizaram-se inferências nos estudos selecionados avaliando-se os dados de acordo com critérios como: conteúdo, validade, estrutura interna e fidedignidade.

O caminho natural de uma revisão sistemática é remover artigos durante esse processo por não apresentarem dados a serem extraídos, ou por não serem bem-avaliados a partir dos critérios que foram estabelecidos pelos pesquisadores. Dessa forma, não se preocupe se perceber que isso está acontecendo com seu trabalho. No entanto, dependendo do objetivo da sua revisão, mesmo artigos aparentemente problemáticos podem ser mantidos. Algumas revisões podem ter por objetivo mostrar a qualidade da produção acadêmica em determinada área, indicando problemas metodológicos. Nesse caso, estudos que não atendam satisfatoriamente os critérios de avaliação devem ser mantidos, pois refletem exatamente a qualidade do campo.

SÍNTESE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O processo de revisão sistemática pode ser comparado à montagem de um quebra-cabeça (Petticrew & Roberts, 2006). Os artigos localizados representam as peças, e os processos de avaliação servem para determinar criticamente se essas peças fazem ou não parte da figura que se quer montar. Contudo, um quebra-cabeça não é composto apenas por peças individuais. As peças devem ser organizadas de forma coerente para responder à problemática inicial de pesquisa. Essa etapa constitui o trabalho de síntese dos resultados.

As sínteses diferenciam-se dependendo dos delineamentos dos estudos revisados. No caso dos estudos quantitativos, com delineamentos similares, a síntese é facilitada com a possibilidade de se comparar os estudos. Esse tipo de revisão permite, inclusive, uma síntese estatística. Entretanto, na psicologia, a revisão costuma incluir delineamentos heterogêneos e qualitativos, o que exige uma síntese narrativa. Para isso, você deve definir uma categorização lógica para comparar os resultados dos estudos, explorando suas similaridades e diferenças. Por exemplo, iniciar a síntese com estudos que investigam determinado contexto, expondo em seguida estudos que adotam o mesmo delineamento ou referencial teórico.

Além disso, você pode utilizar tabelas para ilustrar sinteticamente o processo de apresentação dos resultados da revisão, tanto para dados qualitativos como para quantitativos. Por exemplo, a partir do processo de avaliação das escalas revisadas no estudo de revisão sistemática conduzido por Costa, Bandeira e Nardi (2013), foram pontuadas a qualidade das evidências de validade e fidelidade por meio de uma escala de 10 pontos, que variava de 1 (*pouca qualidade*) a 10 (*ótima qualidade*). Os autores sumarizaram ainda a análise qualitativa dos instrumentos presente na discussão do artigo (Quadro 3.3).

QUADRO 3.3

Avaliação dos instrumentos revisados

Avaliação	Qualidade ^a	Prós	Contras
Instrumento Index of Attitudes toward Homosexuals (IAH)/Index of Homophobia (IHP)	10	Muitas evidências	Avalia somente o componente afetivo
Attitudes Toward Lesbians and Gays Scale (ATLG)	9	Versão curta e subescalas Gay e Lésbica	—
Homophobia Scale	9	Avalia os componentes afetivo, cognitivo e comportamental	Poucas evidências
Implicit Association Test (IAT)	9	Alternativa aos questionários	Pouca estabilidade temporal

Nota. ^a Variando de 1 (pouca qualidade) a 10 (ótima qualidade).

COMO ESCREVER UM ARTIGO DE REVISÃO SISTEMÁTICA

Concluída a delimitação da questão de pesquisa, a escolha das fontes de dados e das palavras-chave, a busca e o armazenamento dos resultados, a seleção de artigos pelo resumo (de acordo com critérios de inclusão e exclusão), a extração dos dados dos artigos selecionados, sua avaliação, a síntese e interpretação dos dados, é chegado o momento de escrever o seu artigo de revisão sistemática. Não esqueça que a redação de um artigo de revisão sistemática deve ser feita de maneira clara e precisa, com todos os processos porminoriadamente detalhados. A escrita do artigo respeita o desenho tradicional da escrita científica: introdução, método, resultados e discussão. Durante o processo de redação, observe o tempo transcorrido entre o começo de sua revisão e a posterior publicação do estudo, visto que a revisão pode tornar-se obsoleta, caso essa etapa se prolongue em demasia.

Na introdução do artigo, você deve fazer uma síntese, situando teoricamente a temática que será abordada, indicando a existência ou não de revisões anteriores que justifiquem a nova revisão. O ponto essencial dessa seção

é a definição do problema de pesquisa e hipóteses, se for o caso. No método, as estratégias de busca devem ser expostas de forma clara, com a descrição das palavras-chave, das bases de dados exploradas, do período da busca, dos critérios de inclusão e exclusão e dos dados que foram extraídos. Deve-se priorizar o uso de figuras para ilustrar todo o processo. O consenso entre os juízes em cada uma das etapas também deve ser informado, assim como os métodos adotados para avaliar os estudos. Já nos resultados, deve-se fornecer informações descritivas sobre os estudos incluídos, bem como dados da avaliação desses estudos, caso essa etapa tenha sido realizada. Na discussão, a tarefa dos pesquisadores é integrar coerentemente a gama de resultados dos estudos analisados por meio de uma síntese narrativa e/ou estatística. Também é imprescindível a explicitação das limitações da revisão, como: generalização ou não dos resultados, consideração de outras sínteses para os resultados encontrados e possibilidade de encontrar outros resultados com o uso de novas palavras-chave e base de dados. Pode-se, inclusive, sugerir futuras pesquisas a partir da síntese realizada caso a real necessidade de conduzi-las.

Para facilitar o processo de redação de um artigo de revisão sistemática, você pode utilizar este *checklist* que resume os principais pontos a serem contemplados para a produção de um artigo de qualidade:

- ✓ A pergunta de pesquisa e os critérios de inclusão foram bem estabelecidos antes do começo da revisão propriamente dita.
- ✓ Os artigos foram coletados e os dados foram extraídos por pelo menos dois juízes. Dados sobre a concordância ou consenso são fornecidos.
- ✓ Pelo menos duas fontes de dados (bases eletrônicas) foram utilizadas. As bases de dados, bem como a data em que a busca foi realizada, são apresentadas. As palavras-chave (ou *string*) utilizadas são fornecidas.
- ✓ Os critérios de exclusão são fornecidos. A não inclusão de *grey literature* de artigos escritos em algum idioma específico é explicitada.
- ✓ Uma figura ilustrando os artigos incluídos e excluídos é fornecida.
- ✓ A descrição dos estudos (p. ex., em uma tabela) é fornecida, resumindo participantes, intervenções, ano de publicação, características da amostra, raça, idade, sexo, desfechos, etc.
- ✓ A qualidade dos estudos foi avaliada (qualidade do uso do referencial teórico, das análises qualitativas, do poder do delineamento, limitações metodológicas, etc.).
- ✓ A qualidade dos estudos revisados foi levada em conta nas conclusões.

Por fim, sabe-se que escrever uma revisão sistemática envolve muitos desafios, especialmente no campo da psicologia, uma vez que nas ciências sociais e humanas não há uma tradição (presente nas ciências biomédicas, de onde essa metodologia de pesquisa é derivada) na utilização de palavras-cha-

ve indexadas e na construção de resumos de maneira uniforme. Contudo, sua importância é crucial, pois nos ajuda a organizar, analisar criticamente e levantar evidências mais sólidas, ou seja, integrar o número cada vez maior de peças do complexo quebra-cabeça da produção científica.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS DAS BASES DE DADOS

EBSCO: <http://www.ebscohost.com/>
 ERIC: <http://www.eric.ed.gov/>
 Gale: <http://www.gale.cengage.com/>
 JSTOR: <http://www.jstor.org/>
 PsycINFO: <http://www.apa.org/psycinfo/>
 PubMed/MedLine: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed>
 SAGE: <http://online.sagepub.com/>
 Science Direct: <http://www.sciencedirect.com/>
 SCOPUS: <http://www.scopus.com/>
 Web of Science: <http://thomsonreuters.com/web-of-science/>
 Banco de teses da CAPES: <http://capesdwcapes.gov.br/capesdw/>
 BVVS: <http://www.bvs-psi.org.br/>
 LILACS: <http://lilacs.bvsalud.org/>
 PePSIC: <http://pepsic.bvsalud.org/>
 SciELO: <http://www.scielo.org/>

REFERÊNCIAS

- American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council on Measurement in Education (1999). *Standards for Educational and Psychological Testing*. Washington, DC: AERA.
- Akobeng, A. K. (2005). Understanding systematic reviews and meta-analysis. *Archives of Disease in Childhood*, 90, 845-848.
- Alderson P, & Higgins J. (2004). *Cochrane Reviewers' Handbook 4.2.2 updated March 2004*. Chichester, UK: John Wiley & Sons, Inc.
- Bittencourt, R. J., & Hortale, V. A. (2009). Intervenções para solucionar a superlotação nos serviços de emergência hospitalar: Uma revisão sistemática. *Cadernos de Saúde Pública*, 25, 1439-1454.
- Carvalho, C. A. P., Marsicano, J. A., Carvalho, F. S., Sales-Peres, A., Bastos, J. R. M., & Sales-Peres, S. H. C. (2008). Acolhimento aos usuários: Uma revisão sistemática do atendimento no Sistema Único de Saúde. *Arquivos de Ciências da Saúde*, 15, 93-95.

- Cia, E., Williams, L. C., & Aiello, A. L. R. (2005). Influências paternas no desenvolvimento infantil: Revisão de literatura. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9, 225-233.
- Cordeiro, A., Oliveira, G. M., Rentería, J. M., Guimarães, C. A., & Grupo de Estudo de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro et al. (2007). Revisão sistemática: Uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias*, 34, 428-431.
- Costa, A. B., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2013). Systematic review of instruments measuring homophobia and related constructs. *Journal of Applied Social Psychology*.
- Costa, A. B., Peroni, R. O., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2012). Sexism or homophobia: A systematic review of prejudice against non-heterosexual orientations in Brazil. *The International Journal of Psychology*.
- Espíndola, C. R. & Blay, S. L. (2007). Prevalência de maus-tratos na terceira idade: Uma revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, 41, 301-306.
- Fachini, A. & Furtado, E. F. (2012). Diferenças de gênero sobre expectativas do uso de álcool. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 39, 68-73.
- Fernández-Ríos, L. & Buela-Casal, G. (2009). Standards for the preparation and writing of Psychology review articles. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 9, 329-344.
- Glass, G. (1976). Primary, secondary and meta-analysis of research. *Educational Researcher*, 5, 3-8.
- Glass, G. & Smith, M. (1979). Meta-analysis of research on class-size and achievement. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 1, 2-16.
- Gross, C. & Teodoro, M. L. M. (2009). A cobrança de honorários na prática clínica por psicoterapeutas: Uma revisão de literatura. *Aletheta*, 29, 117-128.
- Lopes, A. & Fraccolli, L. (2008). Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: Considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17, 771-778.
- Passarela, C. M., Mendes, D. D., & Mari, J. J. (2010). Revisão sistemática para estudar a eficácia de terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes abusadas sexualmente com transtorno de estresse pós-traumático. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 37, 60-65.
- Petticrew, M. & Roberts, H. (2006). *Systematic reviews in the social science: A practical guide*. Malden, MA: Blackwell Publishing.
- Santos, J. D. P., Silveira, D. V., Oliveira, D. F., & Caiaffa, W. T. (2011). Instrumentos para avaliação do tabagismo: Uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 4707-4720.
- Smith, M. & Glass, G. (1980). Meta-analysis of research on class size and its relationship to attitudes and instruction. *American Educational Research Journal*, 17, 419-433.
- Smith, M., Glass, G., & Miller, T. (1980). *The benefits of psychotherapy*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Sousa, M. & Ribeiro, A. (2009). Systematic review and meta-analysis of diagnostic and prognostic studies: A tutorial. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 92, 241-251.

4

Como escrever um artigo empírico

Manoela Ziebell de Oliveira

Um dos primeiros conhecimentos que pesquisadores adquirem sobre sua rotina de trabalho é que a publicação de um artigo científico é uma longa e complexa empreitada. O principal objetivo deste capítulo é auxiliar você na elaboração de artigos empíricos com boas chances de publicação por meio da apresentação de um roteiro operacional. Ele é destinado tanto àqueles que nunca submeteram um artigo empírico para um periódico científico quanto aos que já tiveram seus artigos prontamente rejeitados ou aceitos. O texto a seguir foi organizado de acordo com os seguintes tópicos: como planejar um artigo empírico, como escrevê-lo, sua estrutura e como reescrevê-lo e aperfeiçoá-lo. Cada tópico apresentará orientações gerais e exemplos que poderão ajudar os autores a compreender melhor o que devem fazer e o que devem evitar ao (re)escrever seu artigo empírico. Você perceberá que, de maneira geral, não serão feitas distinções entre artigos quantitativos e qualitativos, pois a estrutura de ambos deve ser semelhante. No entanto, quando for necessário, as diferenças serão ressaltadas.